

## Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

13/03/2020 15:00

### Interior já levou R\$ 8,1 milhões em prêmios da Nota Premiada Bahia

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, já foram distribuídos R\$ 8,1 milhões em prêmios para 170 participantes do interior do estado. Nos três últimos sorteios, 98 participantes que residem fora da capital receberam R\$ 980 mil em prêmios. O aumento do número de premiados foi impulsionado pelas novas regras adotadas pela Nota Premiada em dezembro, que aumentaram em 810% as chances de cada participante ser sorteado: os prêmios mensais, que eram apenas dez de R\$ 100 mil, continuaram somando R\$ 1 milhão, mas passaram a ser 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Já o prêmio especial de R\$ 1 milhão, sorteado uma vez por ano, foi mantido e em 2020 acontece em junho.

Ao todo, 49 municípios do interior já tiveram moradores contemplados nos sorteios realizados desde o início da campanha. Os campeões do interior são Feira de Santana, com 26 ganhadores, Lauro de Freitas, com 21, e Itabuna, com 13. Na sequência, aparecem Camaçari, com 12, Vitória da Conquista, com dez, Simões Filho, com nove, Barreiras, com oito, Jequié, com sete, Ilhéus, com seis, e Ipiaú, com cinco.

Porto Seguro e Teixeira de Freitas tiveram, cada qual, três contemplados. Dez municípios já tiveram dois ganhadores cada: Alagoinhas, Brumado, Candeias, Cruz das Almas, Euclides da Cunha, Ibirataia, Luís Eduardo Magalhães, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo dos Campos e Urandi. Em outros 27 municípios houve um sorteado até hoje: Amargosa, Amélia Rodrigues, Barra do Rocha, Barrocas, Caetitê, Campo Formoso, Conceição do Jacuípe, Dias D'Ávila, Eunápolis, Gandu, Guanambi, Ibicaraí, Ibotirama, Itaparica, Itapebi, Irecê, Milagres, Morro do Chapéu, Nazaré, Nova Viçosa, Pojuca, Santa Terezinha, São Sebastião do Passé, Senhor do Bonfim, Serrinha, Sobradinho e Tanquinho.

#### Liderança da capital

A Nota Premiada conta atualmente com 545 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 495 pessoas, incluindo dois sorteios especiais de R\$ 1 milhão, realizados em junho de 2018 e em março de 2019.

Salvador continua liderando esse ranking de premiações, com 325 ganhadores, o que corresponde a 65,6% do total de participantes contemplados até hoje. A proporção é similar à de participantes da capital inscritos na Nota Premiada: eles correspondem a 59% dos inscritos. Já os participantes do interior da Bahia representam 41% dos inscritos e conquistaram até hoje 34,4% dos prêmios.

De acordo com a Secretaria da Fazenda, responsável pela campanha, a tendência é que o número de participantes do interior ultrapasse em breve o de Salvador na medida em que se dissemina a emissão da nota fiscal do consumidor eletrônica (NFC-e) por estabelecimentos de todo o Estado. Atualmente, os estabelecimentos do interior já representam 81% das adesões à NFC-e, e responderam por 56% de todas as notas eletrônicas com a inclusão do CPF autorizadas pela Sefaz-Ba de dezembro de 2019 a janeiro deste ano.

A NFC-e, documento fiscal aceito pela Nota Premiada Bahia, pode ser facilmente reconhecida porque traz um código de barras em formato quadrado (QR-code). "A crescente presença da nota eletrônica tende a estimular a participação das pessoas em todos os municípios", avalia o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorino. Ele lembra que exigir a nota fiscal e solicitar a inclusão do CPF cadastrado na Nota Premiada "é um direito do cidadão e uma forma de contribuir para que cada vez mais estabelecimentos emitam a NFC-e, o que amplia o alcance da campanha e ajuda a tornar mais eficaz a atuação do fisco junto aos contribuintes do ICMS".

#### Instituições filantrópicas

Além de concorrer a prêmios mensais de R\$ 10 mil e R\$ 100 mil e especiais de R\$ 1 milhão, os participantes da Nota Premiada Bahia podem escolher até duas instituições filantrópicas para apoiar através do compartilhamento de suas notas eletrônicas. Sempre que o participante insere o CPF na nota, as instituições por ele escolhidas recebem pontos no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Atualmente, a campanha apoia 391 instituições em 111 municípios do interior e 152 na capital. De acordo com o coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba, Luís Henrique Brandão, uma das vantagens da Nota Premiada Bahia é permitir que o cidadão apoie filantrópicas de todo o estado, e não apenas da localidade em que reside.

"As entidades podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras, o que é especialmente benéfico para as instituições de pequeno porte. Ao mesmo tempo em que concorre aos prêmios, o cidadão ajuda o trabalho filantrópico desenvolvido pelas instituições. Uma grande vantagem da nova sistemática é que uma pessoa que mora em Salvador pode doar seus documentos eletrônicos para uma entidade localizada em qualquer município da Bahia", explica Brandão.

Mais informações sobre a campanha estão disponíveis no [site da Nota Premiada](#) e também nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Twitter @sefazba e Facebook @sefaz.govba.

**Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

#### Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

**Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.**

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 16/03/2020	Coluna: Economia



## MERCADO REDUZ PARA 1,68% PREVISÃO DE ALTA DO PIB DE 2020



16 Março, 2020

Os analistas do mercado financeiro reduziram novamente a estimativa de crescimento da economia brasileira neste ano, que passou de 1,99% para 1,68% de alta. A projeção faz parte do boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (16) pelo Banco Central (BC). O dado foi levantado na semana passada com mais de 100 instituições financeiras.

Conforme o G1, a redução acontece em meio aos efeitos da pandemia do coronavírus na economia mundial. Essa foi a quinta queda consecutiva na expectativa do mercado de crescimento para este ano.

Para o próximo ano, a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) permaneceu em 2,50%.

Foto: Marcello Casal Jr. /Agência Brasil

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia e Mercado
Data: 16/03/2020	



## ***Economia E Mercado***

### **Mercado financeiro reduz estimativa de crescimento da economia em 2020**



16 de Março de 2020 às 10:14 Por: **Agência Brasil** Por: **Agência Brasil** 0 comentários

Pela quinta semana seguida, instituições financeiras consultadas pelo Banco central (BC) reduziram a estimativa de crescimento da economia este ano. De acordo com o boletim Focus, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – caiu de 1,99% para 1,68% em 2020.

O boletim semanal do BC traz as projeções de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos nos próximos anos. As previsões do mercado para o PIB de 2021, 2022 e 2023 continuam em 2,50%.

Já a cotação do dólar deve fechar o ano em R\$ 4,35. Para 2021, a expectativa é que a moeda americana continue no patamar alto e encerre o ano em R\$ 4,20.

#### **Inflação**

As instituições financeiras consultadas pelo BC também reduziram a previsão para a inflação de 2020. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – a inflação oficial do país – caiu de 3,20% para 3,10%.

Para 2021, a estimativa de inflação também foi reduzida, de 3,75% para 3,65%. A previsão para os anos seguintes, 2022 e 2023, não teve alterações e permanece em 3,50%.

A projeção para 2020 está abaixo do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, a meta é 3,75% e para 2022, 3,50%.

#### **Selic**

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 4,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic seja reduzida para 3,75% ao ano até o fim de 2020.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. A manutenção da Selic indica que o Copom considera as alterações anteriores suficientes para atingir a meta de inflação.

Para 2021, a expectativa é que a taxa básica suba para 5,25% ao ano. Para 2022 e 2023, as instituições estimam que a Selic termine os períodos em 6% ao ano e 6,25 ao ano, respectivamente.

# Tribuna

## Governo adotará novas medidas

VALDO CRUZ

O ministro da Economia, Paulo Guedes, antecipou ao blog medidas que estão em estudo para socorrer setores econômicos e sociais mais atingidos pelo novo coronavírus. Para algumas, o martelo já foi batido e o anúncio deve ocorrer na próxima semana.

A lista – chamada pelo próprio ministro de “pacote antivírus” – inclui três medidas para facilitar o acesso de pessoas idosas aos recursos. A idade avançada é um dos principais fatores de risco para que os sintomas da Covid-19 se agravem.

Para os idosos, o Ministério da Economia pretende facilitar o acesso ao 13º salário de aposentados e pensionistas. A primeira parcela será paga em abril, em vez de agosto, liberando R\$ 2 bilhões na economia.

Segundo o ministro, a segunda parcela, geralmente paga em dezembro, também pode ser adiantada.

Se a situação piorar neste público, podemos an-

tecipar o restante em maio, para que eles tenham recursos para pagar despesas extras”, afirmou Paulo Guedes.

O governo já anunciou que pretende reduzir os juros dos empréstimos consignados do INSS. Além disso, a Economia deve aumentar a margem de comprometimento da renda dos aposentados e pensionistas, de 35% para 40%.

Se os bancos enfrentarem dificuldades para honrar os juros mais baixos, diz Guedes, a Caixa Econômica Federal vai se oferecer para comprar essas carteiras de empréstimos.

A área econômica também prepara medidas de auxílio ao setor de turismo. Além das companhias aéreas, as medidas devem socorrer empresas do setor de serviço como agências de turismo, bares, restaurantes e empresas de eventos.

Guedes informou ao blog que as medidas devem ser divulgadas nesta segunda-feira (16). A lista inclui a autorização do Banco do Brasil para que as empresas aéreas fiquem até quatro meses sem pagar juros. Se houver necessidade, o Banco Central pode garantir essa medida com operações de desconto.

# Tribuna

## Guedes promete programa 'anticoronavírus' e cobra Congresso sobre reformas

### ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o governo vai lançar um programa "anticoronavírus" para combater os efeitos da pandemia na economia brasileira. Ele não descartou a possibilidade de novas liberações de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). "Vamos passar os próximos dias anunciando medidas de combate aos impactos do coronavírus", afirmou.

Guedes também fez cobranças ao Congresso Nacional. "Eu gostaria que as principais lideranças políticas do Brasil reagissem também com muita velocidade, com as

nossas reformas, para reforçar a saúde econômica do Brasil", declarou. "Soltamos ontem medidas, hoje vamos soltar mais, segunda vamos soltar mais. A resposta à crise está vindo. Eu quero atender ao pedido do presidente [da Câmara dos Deputados] Rodrigo Maia, dizendo que estamos atentos. Da mesma forma que ele pediu, que disse que gostaria que houvesse alguma coisa, alguma reação ao coronavírus, estamos reagindo em 48 horas."

O ministro afirmou que gostaria de saber se o Legislativo vai aprovar o marco regulatório do saneamento básico, assim como a privatização da Eletrobras. "Tudo isso são recursos públicos que precisamos para retomar os investimentos. Temos uma série de 16 pro-

jetos que podem acelerar o crescimento do Brasil", declarou.

Questionado sobre a possibilidade de novas liberações do FGTS, Guedes afirmou: "Estamos examinando isso tudo." Em outro momento da entrevista, ao ser questionado novamente sobre o tema, afirmou que o governo está "pensando em tudo". Entretanto, não deu mais detalhes sobre o assunto. Em 13 horas, o Ministério da Economia deu versões desencontradas sobre a medida.

As declarações de Paulo Guedes aconteceram antes de reunião com os presidentes do Banco do Brasil, Rubem Novaes, e da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

O ministro da Economia lembrou que entraram em vi-



**PAULO GUEDES** afirmou ontem que o governo vai lançar um programa "anticoronavírus" para combater os efeitos da pandemia na economia brasileira

gor, em março, a liberação de R\$ 135 bilhões em liberação de depósitos compulsórios (recursos que são mantidos no Banco Central e os bancos não podem utilizá-los para fazer empréstimos) ao mercado financeiro. A medida foi tomada pelo BC em 20 de fevereiro.

Apesar da liberação de recursos pelo Banco Central, isso não significa um aumento imediato nas operações

de crédito, que dependem da demanda dos tomadores e das estratégias dos bancos. Mas os recursos passam a ficar disponíveis para novas concessões de empréstimos.

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, afirmou que a instituição pode aumentar a oferta de crédito em R\$ 75 bilhões, por meio de três linhas: compra de carteira de

pequenos e médios bancos (R\$ 30 bilhões), capital de giro ao setor imobiliário, e a pequenas e médias empresas (mais R\$ 40 bilhões) e outros R\$ 5 bilhões para o crédito agrícola. "A Caixa tem amplo espaço para emprestar. Os R\$ 75 bilhões são apenas 10% da nossa carteira de crédito e nós faremos isso matematicamente. Estamos tranquilos e preparados", declarou Guimarães.

# Tribuna

## PONTO DE VISTA

Igor Almeida de Andrade\*

### Imunidade tributária alcança produtos exportados de forma indireta, decide STF

**E**m recente decisão o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de seu Colegiado, decidiu que a imunidade tributária deve alcançar produtos exportados via trading companies. Havia a polêmica quanto à obrigatoriedade de as exportações serem realizadas diretamente com o adquirente da mercadoria domiciliado no exterior ou, se seria possível a manutenção da imunidade quando a exportação for realizada por intermédio de trading companies.

As decisões são provenientes de duas ações mo-

vidas por associações e empresas diretamente relacionadas ao agronegócio, setor que utiliza de forma ampla esse tipo de empresa para a comercialização de seus produtos.

Os questionamentos postos em discussão se deram em face das limitações impostas pela Instrução Normativa RFB nº 971/2009, que restringiu a imunidade relacionada às contribuições sociais, somente para as relações comerciais cuja operação de exportação for realizada de forma direta, ou seja, sem a intermediação de trading companies.

Os ministros do STF de

forma acertada, ao analisarem os recursos e aplicarem o artigo 149, §2º, inciso I da Constituição Federal, entenderam que as operações de exportação, sejam elas realizadas de forma direta ou indireta, fazem jus à imunidade tributária quanto ao pagamento das contribuições sociais, visto que o mencionado artigo não fez qualquer distinção quanto à forma de exportação que faria jus à imunidade, não podendo, dessa forma, a Administração Fazendária fazê-lo por meio de ato infraregal.

Igualmente, no entender dos ministros, a imunidade tributária deve ser mantida para que os produtos nacionais exportados se tornem competitivos no mercado internacional, de forma a desenvolver a indústria nacional, bem como possibilitar condições mais justas de competitividade entre os pequenos e grandes produtores.

Importante asseverar

que as trading companies exercem papel de destaque na economia nacional, intermediando, representando e comercializando nossos produtos no exterior, facilitando, ainda, a exportação dos pequenos e médios produtores, bem como daqueles que não possuem condições de vender seus produtos no mercado internacional, diretamente, sem o amparo dessas companhias.

Com base nesse julgamento, fixou-se a seguinte tese: "A norma imunizante contida no inciso I, parágrafo 2º, do artigo 149 da Constituição Federal, alcança as receitas decorrentes de operações indiretas de exportação caracterizadas por haver participação negocial de sociedade exportadora intermediária".

\*Igor Almeida de Andrade, especialista em Direito Tributário, é sócio de Chiarottino e Nicoletti Advogados

## FOLHA DE S.PAULO

# EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Zelar as reservas

BC deve intervir com parcimônia no mercado de câmbio, mantendo elevado seu estoque de divisas

Num país onde as contas públicas se encontram em estado precário e a moeda carece de credibilidade, como é o caso do Brasil, há necessidade de manter um colchão de proteção na forma de reservas em dólares e outras divisas.

O Banco Central aproveitou o salto dos preços das matérias-primas, entre 2004 e 2011, e a grande disposição do mundo em aportar capital nos mercados emergentes para acumular reservas cambiais em montante expressivo.

Com US\$ 358,5 bilhões em caixa na última quinta-feira (12) e um regime de câmbio flutuante, o país hoje não corre mais o risco de insolvência nas transações com o restante do mundo —que tantas crises gerou no passado.

Mesmo assim, sendo o Brasil um país pequeno diante dos fluxos de capital internacional, é importante adotar uma postura responsável e conservadora, valorizando o seguro construído a duras penas.

Cumprir anotar, afinal, que as reservas não constituem um tipo de poupança. Elas foram adquiridas por meio de endividamento público em moeda nacional, que gera obrigações na forma de juros.

A questão mais complexa reside em quanto se deve manter no cofre e em que medida o BC pode dispor de seus dólares para enfrentar pressões contra a moeda brasileira —que podem dificultar a gestão da política econômica e as expectativas de crescimento.

Já há algum tempo o real sofre forte depreciação. Em parte trata-se de um rearranjo diante do novo

cenário de juros baixos, que levam o país a atrair menos capital especulativo. Empresas também pagam dívidas em dólar e passam a se financiar mais na moeda nacional.

Nas últimas semanas, contudo, a pressão contra o real se intensificou com a crise internacional ocasionada pelo coronavírus. Com a cotação da divisa americana acima de R\$ 4,70, o BC age para suavizar o movimento e evitar descontrole.

Em intervenções nos últimos dias, a autoridade monetária ofertou volume estimado em cerca de US\$ 7 bilhões no mercado à vista. No ano passado, foram US\$ 36,9 bilhões.

O BC está certo em atuar na crise, embora alguns economistas sugiram que as vendas devam seguir um programa anunciado, em vez de vendas pontuais. Acima de tudo, é imperativo obedecer ao princípio do câmbio flutuante —tentar administrar as cotações só alimentaria mais especulação.

A médio prazo, cabe avaliar o montante ideal de reservas. Estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI) sugerem que o país tem espaço para reduzir as reservas em volume significativo (algo entre 20% e 30%) e ainda manter um patamar tido como seguro. As circunstâncias importam, contudo.

Embora possa ser considerado natural que o BC se desfaça de parte dos dólares no momento em que o real está desvalorizado, reduzindo a dívida pública, qualquer decisão nesse sentido deve, no mínimo, aguardar a consolidação do longo e ainda claudicante processo de recuperação orçamentária.



Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 16/03/2020	Página: A21

## FOLHA DE S.PAULO

### Dados do BC mostram que contágio por coronavírus é mais rápido no Brasil, diz Guedes

*Para ministro da Economia, Brasil precisa se defender antes, durante e depois da crise*

**Alexa Salomão**

#### RIO DE JANEIRO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, conta que ganhou na quarta-feira (11) uma [missão política do presidente Jair Bolsonaro](#): ir ao Congresso para pacificar a relação entre [governo e parlamentares](#). Horas antes, eles haviam [derrubado o veto do presidente à ampliação do BPC](#), benefício ao idoso carente, criando uma despesa adicional anual de R\$ 20 bilhões à União.

Era uma derrota fragorosa, fruto da [disputa em torno do Orçamento impositivo](#). "Fui ao Congresso naquele dia numa missão eminentemente política. [Não fui para apresentar nada sobre coronavírus](#)", diz Guedes.

Na reunião, o ministro foi surpreendido por uma informação: projeções do Banco Central mostravam que a velocidade de contágio no Brasil era mais veloz do que em outros países, inclusive China. "Foi alarmante", diz Guedes.

O ministro, então, criou um grupo para monitorar o avanço do efeito do [coronavírus](#) sobre a economia e apresentar medidas. E insiste que o Congresso precisa fazer a sua parte. "O baque do coronavírus é temporário. A China já está se recuperando. Eu preciso estar preocupado com o reforço das nossas defesas durante e depois da crise", disse.

Guedes falou à **Folha** na manhã deste domingo (15). À noite, [após participar das manifestações, Bolsonaro deu entrevista ao canal CNN](#), chamando de "extremismo" e "histeria" medidas que estão sendo adotadas para conter a doença.

**O sr. [foi criticado por parlamentares por ir ao Congresso sem um plano para proteger a economia](#) contra efeitos do coronavírus. Há um plano de curto prazo?**

São duas questões aí. E duas respostas. Primeiro, eu fui ao Congresso naquele dia numa missão eminentemente política. Não fui para apresentar nada sobre coronavírus. Explico.

No final do ano passado, iniciamos um acordo para o Orçamento impositivo e ele precisava ser esclarecido. O Orçamento impositivo é um entendimento republicano de como pode haver participação dos parlamentares sem indicações para ministérios e estatais. A ideia era manter o que o Congresso tinha recebido em 2019, que foi um valor recorde de R\$ 16 bilhões em emendas. Mas veio um pedido maior, de R\$ 30 bilhões. É demasiado —um terço do Orçamento livre. Aí começou um tiroteio com um mal-entendido.

De um lado do mal-entendido, [o general Augusto Heleno \[ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional\] gritou: 'chantagistas'](#). Foi legítima a manifestação. Não estamos no parlamentarismo. Ele defendeu o Executivo.

Do outro lado do mal-entendido, o Congresso disse: então, gaste R\$ 20 bilhões com o BPC, mandando um recado de insatisfação também para as suas lideranças. É legítimo também que o Congresso participe do Orçamento. Os congressistas foram eleitos, precisam levar obras às bases. Então, o importante é desfazer esse mal-entendido.

Naquele dia, o presidente me chamou e me comunicou: 'Estou mandando, ao Congresso, o Mandetta e o Campos [Luiz Henrique Mandetta, ministro da Saúde, e Roberto Campos Neto, presidente do BC]. Eles me alertaram sobre a velocidade de contágio do coronavírus e sobre a gravidade da situação. Vão até lá falar disso. Mas estou mandando você para equacionar o mal-entendido do acordo sobre o Orçamento. O Congresso disse hoje que está contra esse acordo. Nos ajude nisso. Precisamos desarmar os ânimos'.

Esse mal-entendido em torno da regulamentação do Orçamento impositivo chegou até as ruas. Se transformou, perante a opinião pública, num acordo político espúrio.

**Mas vocês não tinham conversado antes sobre a questão do coronavírus?**

Mandetta tinha nos alertado para a gravidade do impacto na saúde pública. E tínhamos muita convicção sobre a dinâmica de crescimento interno. O Brasil, no início do ano passado, foi atingido pela [tragédia de Brumadinho](#) e, depois, pelo colapso da Argentina, para onde vai mais da metade das exportações brasileiras de automóveis. A taxa de crescimento do Brasil, que era de 1,3% estável no governo de Michel Temer, colapsou para a metade, 0,7%. Mas, ao longo do ano, foi reacelerando. E fechou o ano em 1,7%, quase 2%.

Nossa convicção era que a dinâmica interna já estava a nosso favor e garantiria um crescimento acima de 2% neste ano. Quando fui ao Congresso, na semana passada, só havia dez casos de coronavírus.

### **No Ministério da Economia, ainda não tinham parado para olhar os possíveis efeitos do coronavírus?**

Não. As equipes estavam havia três meses focadas nas reformas —na administrativa e na tributária— e assessorando os senadores no andamento da PEC do Pacto Federativo, que, inclusive, está indo muito bem. Um dia antes de eu ir ao Congresso, eu passei a manhã inteira analisando o Pacto Federativo com os senadores.

### **Então, o sr. também foi lá ouvir Mandetta e Campos Neto?**

Eu já tinha ouvido do Mandetta que a taxa de contágio é alta, mas a letalidade é baixa. Ele falou sobre as medidas de prevenção, como lavar as mãos. Houve um ligeiro debate, levantado por Osmar Terra (ex-ministro da Cidadania). Ele falou que, como médico, por ter enfrentado a gripe suína, achava que era preferível não paralisar as atividades econômicas porque criaríamos uma defesa coletiva na interação.

Se todo mundo ficar trancado em casa continua vulnerável. Quando acabou isso, o Roberto Campos falou sobre a iminência do choque.

Foi essa quantificação, feita pelo Banco Central, que me assustou. O Banco Central tem modelos estatísticos calculando a velocidade de contágio.

### **Contágio humano ou da economia?**

Humano. Acompanham a economia, mas assim que surgiu a preocupação com o coronavírus, o Mandetta pediu ajuda a quem pudesse dar. O BC tem modelos estatísticos, altamente matemáticos, que permitem modelar qualquer coisa. Modelaram a velocidade de contágio.

Muita gente no governo achava que a coisa ia bater aqui em maio, e não deveríamos ser tomados pela neurose antes da hora, para não parar a economia antes da hora. Minha principal preocupação é garantir a dinâmica de crescimento. Nos preparar para a pancada de uma onda para sair com fôlego do outro lado.

### **Mas quais dados do BC surpreenderam o sr.?**

A inclinação de contágio nos modelos do BC é mais rápida do que nos outros países. Estados Unidos e Brasil estariam com a taxa de contágio mais rápida do que ocorreu na própria China e na Itália. Foi alarmante.

### **O sr. lembra dos números?**

Não me lembro exatamente. Mas era algo assim: na Itália era previsão de 60% de contágio e aqui, de 80%. Podemos atingir o pico em um mês. Mas tudo vai depender da prevenção.

### **E o que o sr. fez a partir daí?**

A gente tinha 15 semanas, até o início da campanha eleitoral, para aprovar as reformas. Quando começou o bafo lá fora do coronavírus, minha mensagem foi reforçar a importância das reformas.

O baque do coronavírus é temporário: o contágio sobe rapidamente, fica três meses e depois desaba. A China já está se recuperando. Eu preciso estar preocupado com o reforço das nossas defesas durante e depois da crise. Podemos transformar a crise em reformas. As reformas trarão as bases para gerar crescimento, emprego e renda após o surto, lá na frente.

Apresentei 16 reformas —uma por semana. Minha primeira reação à crise do coronavírus foi estruturante: reforçar o sistema imunológico da economia.

**Mas, ministro, um senador ficou doente, e esteve com outros senadores. Na atual situação, qual a garantia que o Congresso não vai parar com o coronavírus e só voltar quando começa o período eleitoral?**

Façamos o teletrabalho. Vão para casa, conversem com os assessores pelo telefone e preparem o voto.

### **Mas como votar, ministro? Existe voto remoto?**

Não sei. Mas o que não pode é o Brasil parar por falta de respostas. Também podem votar em caráter de urgência.

### **Ministro, a China, o gigante global, parou. Neste momento a Itália esta fechada. Como fazer para aprovar se não temos mais 15 semanas para votar?**

Temos três semanas, posso indicar as três medidas mais urgentes. Se aprovarem a [Eletrobras](#) temos R\$ 16 bilhões. Fica agora no Orçamento e vindo no segundo semestre. Já dá para aprovar a PEC Emergencial, e a [Emenda Mansueto, que ajuda os Estados](#). Aí temos entre R\$ 12 bilhões e R\$ 14 bilhões.

Os estados podem precisar. Nós não sabemos o desdobramento dessa doença. Em Roraima entraram 100 mil venezuelanos. Como vão ficar? Rio de Janeiro é uma área vulnerável. São Paulo também.

### **Por causa dessas cobranças, Maia criticou a falta de medidas de curto prazo e disse que o sr. está transferindo a responsabilidade de aliviar a crise para o Congresso...**

Entendo a crítica dele como um comentário: 'Olha, Guedes deve ter algo, se não tiver será medíocre'. Mas eu não fui lá apresentar medidas de curto prazo para economia por causa do coronavírus. Olha a situação a que chegamos no Brasil: o presidente da Câmara está preocupado com a economia, e o ministro da Economia está preocupado com o entendimento político. Ele quer formular a política econômica, e eu quero resolver o problema político que ele está tendo com o presidente.

Mas veja bem. Temos de agir nas duas frentes. Medidas estruturais e medidas de curto prazo. Estava cobrando do Congresso? Sim. Emenda Mansueto está lá há um ano. A [privatização da Eletrobras](#) também. Ela, além de não ter capacidade de investir, evita que a gente faça investimentos em outras áreas.

Essas cobranças são democráticas e republicanas. Não estou reagindo ao Maia. Estou estendendo a mão a ele. E faço aqui o mea culpa. Reforma administrativa: nós demoramos. Reforma tributária: estou me explicando. Vocês derrubaram um pilar da minha reforma, o imposto sobre transações, a ponto de cair um secretário meu.

### **Mas há um plano de curto prazo?**

Alertado pelos modelos estatísticos do Banco Central, e pela fala do Mandetta, de que as pessoas vão ter de ficar no isolamento, tornou-se evidente que a economia brasileira vai ser afetada com mais gravidade. A função do ministro da Economia numa situação como essa é preventiva e reflexiva.

Não é meu papel precipitar a retração da economia dizendo para pessoas ficarem em casa. Esse é o papel do Mandetta. Mas, se ele falar que vai bloquear os voos, eu sei que as [empresas aéreas vão ter problema](#), e é nisso que tenho de agir.

Na reunião daquela mesma terça, o senador Randolpho Rodrigues [Rede-AP] sugeriu que pegássemos o dinheiro da emenda do relator, o dinheiro da discórdia política, para destinar à saúde. Aprovei na hora.

### **Ele usou esse termo?**

Não. Eu estou usando. Mas são lideranças políticas negociando. Isso é o importante. Já tínhamos um acordo que havia baixado de R\$ 30 bilhões para R\$ 10 bilhões a emenda do relator —e naquela reunião acordamos R\$ 5 bilhões para a saúde. O deputado Alessandro Molon [PSB-RJ] disse, na sequência, que teremos apoio se formos nessa direção.

Podemos utilizar os demais R\$ 5 bilhões para emergências que ainda não sabemos. Pode ir para o setor de serviços. A situação de pequenas lojas, restaurantes, pode se tornar dramática.

### **E como está sendo a elaboração das demais medidas?**

Na manhã seguinte daquela reunião, montamos um grupo de monitoramento que basicamente reúne integrantes do ministério. Cada um está numa frente. Estamos olhando o que podemos oferecer de isenções. Monitoramos os setores. Aviação, turismo e serviços são os mais frágeis.

Os idosos podem precisar de reforço financeiro, para abastecer a casa, comprar remédios. Então, já estamos antecipando metade do 13º de pensionistas. Isso equivale a R\$ 24 bilhões. Vamos observar o impacto e podemos liberar mais.

O Tesouro já comprou dívida. O [BC tem oferecido dólar para o mercado](#). Na sexta-feira (13), [liberou R\\$ 135 bilhões de compulsório](#). Se as condições de liquidez forem se estreitando, vai soltando. É a economia que vai dizer quanto precisa. Naturalmente, isso vai ser para os bancos pegarem o redesconto e darem fôlego financeiro para o fluxo de caixa das empresas.

A Caixa Econômica tem R\$ 70 bilhões. Uma parte é para bancos médios; se tiverem problema com carteiras, vendem para a Caixa e pegam o dinheiro. Outra parte é destinada para manter o fluxo de caixa da construção civil, importante gerador de empregos. O terceiro é para médias empresas.

O [BNDES](#) tem R\$ 100 bilhões para devolver ao governo neste ano. Com esse recurso podemos abrir linhas para pequenas e médias empresas.

**O Banco do Brasil entraria como?**

Como é listado em Bolsa e tem acionista minoritário, a atitude é mais restrita. Já está procurando os clientes, antecipadamente, para avisar que podem negociar alternativas se tiverem problemas.

**O sr. prometeu mais medidas em 48 horas. Tem mais?**

Tem uma arma muito mais potente, mas não vou falar. Vamos trabalhar com diques de contenção. Se uma parede cair, reforçamos a seguinte. Se a outra ceder, vamos à próxima.

**Vão rever a meta de primário?**

Se for o caso, vamos, sim.

**Alguns economistas já sugerem flexibilizar o [teto de gasto](#). Com o sr. vê isso?**

Essas pessoas não estão ajudando. Estão atrapalhando. Se eu fizer esse movimento agora, eu sinalizo alta de juros. Sinalizo que o Brasil vai abrir mão da disciplina fiscal. Eu prefiro primeiro abrir mão do dinheiro do relator. Prefiro abrir mão do dinheiro da Eletrobras. É uma questão de manter a serenidade na crise. Não podemos entrar em pânico. O que posso garantir é que não vai faltar dinheiro para combater a crise.

**A Bolsa está [registrando quedas recordes](#). Ela entrou em pânico?**

O mercado financeiro no Brasil está caótico por uma confluência de fatores. Além do vento externo, pesa o desentendimento político interno, coroado pelo resultado da votação do BPC. Prejudica a confiança que alicerçamos no ano passado.

## FOLHA DE S.PAULO

# Por coronavírus, Fed reduz juro para próximo de zero

Segundo corte do mês é o maior estímulo monetário do BC dos EUA desde 2008

Júlia Moura

**SÃO PAULO** O Fed, banco central americano, cortou, de forma extraordinária, a taxa de juros dos Estados Unidos para a faixa de 0 a 0,25% neste domingo (15).

Esta redução, de um ponto percentual, é semelhante aos estímulos monetários da crise econômica de 2008. Em dezembro daquele ano, o Fed diminuiu o piso do juro em um ponto percentual e o teto em 0,75.

Neste ano, as taxas já haviam sido reduzidas em 3 de março, para mínima e máxima de 1% e 1,25%, respectivamente. Naquela ocasião, o corte —o primeiro extraordinário para combater aos efeitos econômicos gerados pela crise do novo coronavírus— havia sido de 0,5 ponto.

Assim como na primeira redução, a medida deste domingo também visa amenizar os impactos da pandemia sobre a economia americana no curto prazo.

O corte de juros é uma me-

didada de incentivo monetário à economia. Com juros baixos, fica mais barato tomar crédito e empreender e menos vantajoso manter o dinheiro em aplicações de renda fixa, tornando o mercado acionário mais atrativo.

Como as ações são maneiras de se investir em empresas, a ida de investidores para a Bolsa também pode contribuir para uma aceleração da atividade econômica.

No primeiro corte, o presidente do banco, Jerome Powell, disse que o coronavírus mudou o cenário para a economia do país neste ano, trazendo novos desafios e riscos.

Naquele dia, as Bolsas americanas tiveram queda de cerca de 3%. Neste domingo, os índices futuros de Nova York caíram cerca de 6%. Na Europa, os índices futuros caíram cerca de 4% às 22h40.

Investidores estão céticos quanto aos efeitos de cortes de juros e temem que o risco do coronavírus seja maior do que precificam. Segundo analistas, reduções de im-

postos teriam efeitos mais significativos. A medida, defendida pelo presidente Donald Trump, depende da Câmara americana.

Na entrevista à imprensa deste domingo —via teleconferência devido ao risco de propagação da Covid-19—, Powell disse que uma redução tributária teria mais efeito sobre pequenas e médias empresas e famílias. Também disse esperar manter a taxa próxima de zero “até estarmos confiantes com a economia e esperamos que a medida tenha impacto significativo”.

Quando perguntado sobre o risco de recessão devido à pandemia, disse que “as medidas para nos protegermos [do vírus] implicam menor atividade econômica e é difícil dizer o quão grande e fortes os impactos econômicos serão”, mas garantiu que o segundo trimestre será fraco.

Além dos juros, o Fed anunciou outras medidas para incentivar a economia, como a compra de, no mínimo, US\$ 700 bilhões de títulos

do Tesouro e títulos garantidos por hipotecas nos próximos meses para dar liquidez ao mercado.

O Fed também fez um acordo com os bancos centrais de Canadá, Inglaterra, Japão, Suíça e da Europa para aumentar a liquidez dos mercados via redução do juro das operações de swap cambial.

Nesse tipo de contrato, cada uma das pontas que o negociam se compromete a pagar a oscilação de uma taxa ou um ativo (no caso do contrato cambial, as mudanças no dólar).

O banco também ressaltou que continuará monitorando novas informações e seus impactos para as perspectivas econômicas e para saúde pública e que “usará suas ferramentas e atuará conforme apropriado para apoiar a economia” dos Estados Unidos.

Após anúncio, o Goldman Sachs reduziu a sua projeção para o crescimento dos EUA. O banco americano disse que agora vê estagnação do PIB (Produto Interno Bruto) nos primeiros três meses do ano,

contra crescimento de 0,7% esperado antes. Para o segundo trimestre, o banco vê o PIB contraindo 0,5%, ante projeção de estabilidade (0%).

Apesar de elevar a previsão para os terceiro e quarto trimestres, a previsão geral para o PIB em 2020 caiu para 0,4%, ante 1,2% originalmente.

“Esperamos que a atividade econômica dos EUA se contraia significativamente no restante de março e em abril, à medida que o medo do vírus leva consumidores e empresas a continuarem a cortar gastos em coisas como viagens, entretenimento e refeições em restaurantes”, afirmou o Goldman em nota.

Além dos impactos com gastos dos consumidores, o Goldman também revisou as projeções devido a significativas interrupções em cadeias de suprimento. O banco espera que a atividade econômica dos EUA se recupere depois de abril, com forte expansão no segundo semestre.

Mas essa expectativa, ressaltou o Goldman, depende de certos fatores, como o nível de distanciamento social que será aplicado para combater a epidemia, bem como temperaturas, que podem reduzir as infecções em caso de mais calor; além da possibilidade de surgimento de bons tratamentos para a doença.

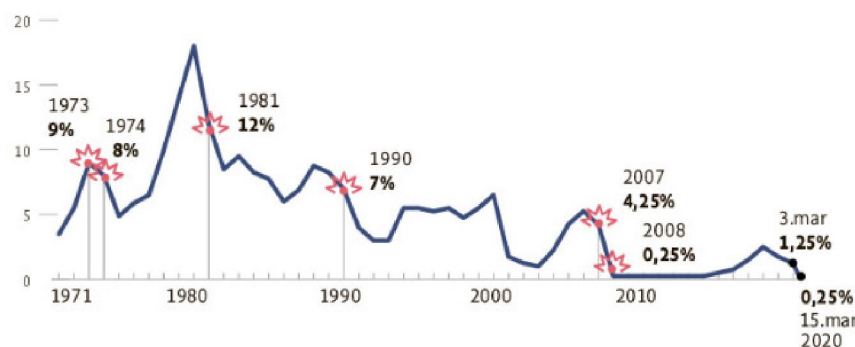
Com Reuters

Leia mais sobre o coronavírus em Saúde, Mundo e Ilustrada

## Fed corta juros pela 2ª vez em março para amenizar impactos do coronavírus

Teto dos juros nos EUA, em %

🚩 Indicador de recessão



Fonte: Bloomberg

# Teto não limita combate a vírus, diz analista

Thiago Resende

**BRASÍLIA** A regra do teto de gastos, que limita o crescimento de despesas federais, não impede que o governo gaste mais em ações de combate ao coronavírus, pois o dinheiro para casos de calamidade pública fica fora da restrição, afirmam especialistas.

No entanto, uma ala defende que o mecanismo seja temporariamente suspenso para que o governo adote as medidas necessárias para controlar os efeitos na saúde pública e na atividade econômica causados pela Covid-19.

Aprovado pelo Congresso em 2016, o teto foi incluído na Constituição e impede expansão de gastos acima da inflação. Qualquer alteração nessa regra depende de amplo apoio na Câmara e no Senado.

Há exceções, como o envio de dinheiro para despesas imprevisíveis e urgentes, como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

O governo, portanto, pode usar esse dispositivo para ampliar os recursos em ações de contenção do vírus e tratamento médico, sem pressio-

nar ainda mais o teto, defende o economista Marcos Mendes, colunista da *Folha* e um dos criadores da regra fiscal.

"Isso vale para situações atípicas, como essa que estamos vivendo agora. Despesas para lidar com a epidemia não têm restrição", disse Mendes.

A regra de limitar o crescimento das despesas públicas já vinha sofrendo pressão nos últimos anos por causa das dificuldades do Executivo em

destinar mais verba para políticas públicas, já que o Orçamento do país está apertado com gastos obrigatórios, principalmente por aposentadorias e despesas com servidores públicos.

O teto imposto é global, não segmentado por ministério. Ao elaborar o Orçamento de cada ano, Congresso e governo devem ajustar os gastos ao limite previsto. Em 2020, este limite é de R\$ 1,454 trilhão.

Sem espaço para ampliar gastos, por exemplo, na área

social, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) insiste na necessidade de manutenção da regra fiscal para que as contas públicas sejam ajustadas futuramente.

A pressão contra o teto ganhou um novo contorno com a crise do coronavírus.

Pesquisadora do Peterson Institute for International Economic, em Washington, a economista brasileira Monica de Bolle afirmou que a regra precisa ser temporariamente suspensa para que o país

consiga adotar as ações contra o vírus e medidas para evitar que a economia afunde.

"O quadro é de depressão econômica; não é de recessão", sustenta Bolle. Para ela, a rede pública de saúde não deve ter qualquer tipo de restrição de acesso a recursos.

Além disso, diz, medidas de combate ao coronavírus terão impacto negativo na atividade econômica e na renda das famílias. A taxa de informalidade no país chegou a 41,1% dos trabalhadores no ano passado, segundo o IBGE.

O governo, na avaliação da economista, precisa ampliar assistência social, expandir crédito a micro, pequenas e médias empresas e ampliar o investimento público, especialmente em infraestrutura.

Consultor de Orçamento da Câmara, Ricardo Volpe é contra afrouxar a regra. "O teto é a principal âncora fiscal do governo, que sinaliza para um ajuste gradual para o médio e longo prazos. Sua flexibilização seria um péssimo sinal para os agentes econômicos".

Para suavizar os efeitos da crise do coronavírus na economia, Marcos Mendes disse que o governo deveria alterar a meta de resultado primário (diferença entre receitas e despesas, descontando gastos com juros da dívida pública), como vem estudando a equipe de Guedes.

Com a queda da atividade, a arrecadação deverá cair muito e, dessa forma, seria necessário um forte corte de despesas para que essa meta seja cumprida, afirmou o economista.

## Firjan pede ao governo medidas emergenciais

**SÃO PAULO** A Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) reduziu sua previsão para a alta do PIB brasileiro em 2020 de 1,8% para 1,2% devido ao coronavírus e à redução da cotação do barril de petróleo.

Para sustentar a produção nacional, especialmente de pequenas e médias empresas, a federação elaborou propostas ao governo, como prorrogação do pagamento de tributos e flexibilização provisória de regras trabalhistas.

A entidade pede, por exemplo, que empresas possam determinar que funcionários com mais de 60 anos trabalhem remotamente e que as companhias possam, de modo unilateral, impor férias coletivas a seus funcionários.

Segundo o presidente da entidade, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, o principal socorro deve vir dos bancos públicos, com flexibilização e aumento da concessão de crédito.

"Se agentes financeiros não sobreviverem a essa hecatombe não adianta guardar dinheiro. A sobrevivência da maioria das pequenas e médias empresas, que empregam uma barbaquada, depende de programa de apoio do governo", disse Vieira. Segundo ele, as propostas foram encaminhadas para Guedes, para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e para a Casa Civil.

### Teto fixado para 2020

Regra impede crescimento do gasto público acima da inflação



### Alguns dos gastos previstos

Em R\$ bilhões

Regime Geral de Previdência Social

677,7

Servidores ativos e inativos

344,6

BPC

60,1

Seguro-desemprego

40,6

Bolsa Família

29,5

Abono salarial

20

### O que fica fora da limitação

• Despesas para realização de eleições

• Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes da União

• Transferências constitucionais para estados, municípios e Distrito Federal

• Créditos extraordinários: abertura de espaço no Orçamento para despesas imprevisíveis e urgentes como nos casos de calamidade pública e guerra

Fontes: IFI (Instituição Fiscal Independente) e Consultoria de Orçamento da Câmara

## FOLHA DE S.PAULO

# Volatilidade na Bolsa volta a níveis de 2008 e desafia pequenos investidores

Ibovespa registra uma das maiores oscilações da história; especialistas dão dicas de como operar

Júlia Moura

**SÃO PAULO** A crise do coronavírus ocasionou uma das semanas mais voláteis da história da Bolsa brasileira, com oscilações semelhantes à crise econômica de 2008-2009.

Nos extremos, o índice foi de queda de 19,6% durante o pregão de quinta-feira (12) a alta de 15,4% no de sexta (13).

"Não é normal a Bolsa cair e subir tanto. A média de volatilidade do Ibovespa é de 15% ao ano e essa semana foi para mais de 80%, algo que não observamos desde 2008. Em termos matemáticos, o risco é o mesmo da crise financeira", diz Guilherme Ribeiro de Macêdo, doutor em Finanças e professor da UFRGS.

O movimento reflete o pânico que tomou conta do mercado financeiro global com o avanço do coronavírus e das medidas para contê-lo. Investidores temem que as políticas públicas não sejam suficientes para evitar uma recessão.

Ao cenário negativo soma-se uma guerra de preços do petróleo, na qual a Arábia Saudita aumentou sua produção de modo a baratear a cotação.

A tempestade perfeita se refletiu na maior queda do mer-

cado de ações brasileiro desde 1998, ano da crise russa. EUA e Europa tiveram o pior desempenho desde a Segunda-Feira Negra, em 1987.

Quando há fortes recuos dos principais índices acionários, muitos fundos de investimento são obrigados a vender ações porque operam sob regras de "stop loss" (interrupção de perdas). Geralmente, essas vendas em massa acontecem em quedas de 7% a 10% do Ibovespa.

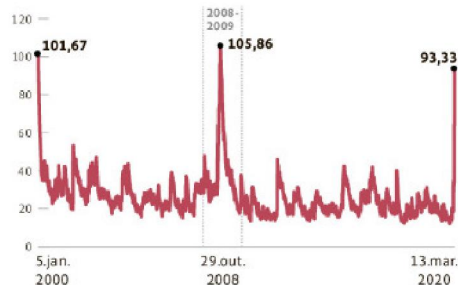
O movimento leva a uma forte pressão vendedora que reduz os preços de ativos bruscamente. Enquanto ações caem, ativos menos arriscados, como ouro e dólar, disparam.

Com a quantidade de negócios fora do comum, a B3, operadora da Bolsa de Valores brasileira, ficou fora do ar quando o Ibovespa estava próximo a queda de 20% na quinta (12). Corretoras também apresentaram instabilidade.

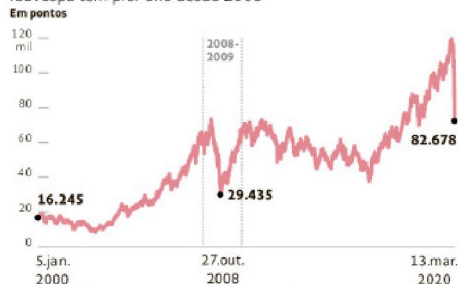
Na última sexta (13), ápice de volatilidade na década, o movimento de aversão a risco se somou a uma recuperação do mercado. Na ausência de notícias negativas sobre a Covid-19, investidores foram às compras de ações que haviam despencado na semana

**Volatilidade em 2020 se assemelha à crise de 2008-2009**

Volatilidade diária do Ibovespa segundo o modelo EWMA\*



**Ibovespa tem pior ano desde 2008**



\*Modelo estatístico de alisamento exponencial, que atribui maior peso a observações mais recentes (94% do dia anterior). Fonte: Guilherme Ribeiro de Macêdo

e o Ibovespa abriu em alta de mais de 14% para, em menos de três horas de pregão, zerrar os ganhos com a notícia da Fox News de que o presidente Jair Bolsonaro teria testado positivo para o coronavírus.

A informação foi logo negada e a Bolsa voltou a subir.

Em dias de forte oscilação, a dica dos especialistas é não operar. Além das corretoras e da própria B3 apresentarem falhas de processamento nas ordens de compra e venda, os preços ficam distorcidos.

"Em momentos como esse, os preços dos ativos não fazem sentido, sobem e caem no vazio, sem fundamento", diz Pedro Lula Mota, gestor da Veri-ros Investimentos.

Caso o investidor possa ampliar a fatia da carteira de ações, a baixa do mercado pode oferecer boas opções de compra. Mas a aquisição de papéis ou de cotas em fundos de ação ou multiplicado deve ser gradual.

"Porém, como não sabemos a extensão da crise, é algo que não pode ser resgatado no curto prazo. Se a pessoa já tem ações, não deve vendê-las de jeito nenhum no momento", afirma Myrian Lund, professora da FGV e planejadora financeira da Planjeir.

Ele recomenda dividir o investimento de risco e comprar ativos em três pregões distintos. "Pode ser que a Bolsa caia mais. Enquanto a pandemia não for solucionada, o mercado vai ter muita volatilidade".

Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, recomenda buscar empresas com resultados sólidos recorrentes, que paguem dividendos. "Muito se comentou de Petrobras, que, após cair mais de 30% na semana, estaria uma pechincha, mas isso requer análise criteriosa. A empresa terá um primeiro trimestre difícil. Além do coronavírus, tivemos a greve dos petroleiros e agora a questão do preço do petróleo."

No último trimestre de 2019, a estatal trabalhou com preço médio do barril de US\$ 63. Agora, ele está a US\$ 33,85. As ações preferenciais (mais negociadas) da Petrobras estão a R\$ 15,40.

Outra dica é balancear a carteira conforme o perfil de risco com ativos mais seguros, como renda fixa, ouro e dólar.

Na renda fixa, os investimentos mais recomendados são CDBs com rendimento acima de 100% do CDI e títulos do Tesouro.

No caso de renda variável, o indicado é fazer investimentos indiretos, via fundos de ações, multimercado ou ETFs, cujo rendimento replica um índice de ações, como o Ibovespa ou o S&P 500.

Esses investimentos, contudo, não podem ser a maior parte da carteira. Para os mais arrojados, há limite de 40% para alocação em renda variável. Para os mais conservadores, o limite é de 10%.

# ‘Mudança da meta este ano é inevitável’

Não é de hoje que não há espaço nas despesas não obrigatórias para amortecer casos como agora, afirma consultor

O Estado de S. Paulo · 14 março 2020 · B3 · BRASÍLIA /A. F.

O consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista do Orçamento da Câmara dos Deputados, Ricardo Volpe, avalia que a tendência é a mudança da meta fiscal das contas do setor público para amortecer os efeitos da crise do coronavírus no nível de funcionamento da máquina pública.



Diante da necessidade de cumprir uma meta estabelecida nas diretrizes orçamentária, o consultor avaliou, em entrevista ao Estadão/Broadcast, que será “inevitável” a mudança na meta já que “de largada” seria preciso contingenciar em torno de R\$ 40 bilhões. Esse valor nem mesmo considera o impacto da ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pelo Congresso, estimado pela consultoria em R\$ 22 bilhões, e a frustração da receita pela queda do Produto Interno Bruto (PIB) e da inflação com a crise.

• É necessário mudar a meta fiscal por causa do avanço do coronavírus?

É inevitável a mudança na meta já que de largada seria preciso contingenciar em torno de R\$ 40 bilhões. Já não é de hoje que não tem espaço nas despesas discricionárias (não obrigatórias) para amortecer casos como agora. Não só por causa da crise provocada pela pandemia. Soma-se a ela o desequilíbrio entre receita e despesa (frustração de receitas por não aprovação até agora de medidas legislativas) e aumento de despesa obrigatória. O desequilíbrio total do Orçamento pode chegar a mais de R\$ 50 bilhões este ano. Esse cenário já poderia ser suficiente para exigir alterar a meta fiscal em 2020. Com o teto de gastos temos realismo fiscal e o atual nível de 93% de despesa obrigatória não possibilita realizarmos cortes suficientes para cumprir a meta, conforme as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, a manutenção do teto é fundamental, pois é nossa âncora fiscal que possibilita uma expectativa de trajetória gradual de equilíbrio. A crise agrava a situação e exige medidas no curto prazo, como redução da meta, e de longo prazo, com novos instrumentos de ajustes.

• Não seria uma sinalização ruim para os investidores neste momento?

A comunicação e motivação são importantes. O objetivo é possibilitar manter o nível mínimo de manutenção dos serviços públicos, inclusive para fazer frente à crise do coronavírus. Importante é sinalizar que o teto de gastos será mantido e viabilizado pela aprovação da PEC de controle da despesas obrigatórias.

• Em quanto precisaria ampliar o déficit estimado para este ano como resposta à crise?

Não é uma tarefa fácil estimar, uma vez que depende das medidas de curto prazo que serão adotadas pela equipe econômica. O importante é viabilizar a execução do Orçamento aprovado para 2020, que está dentro do teto de gastos. O tamanho do ajuste da meta será derivado da diferença entre as receitas estimadas e as realizadas e da estimativa de despesa obrigatória (caso alterações não sejam revertidas ou ampliadas). • Qual a margem que o governo tem para aumentar os gastos sem estourar o teto?

Com um orçamento engessado com 93% de despesas obrigatórias e 7% discricionárias, o governo pode praticamente é priorizar gastos e fazer escolhas de quais despesas discricionárias podem ser adiadas, “paralisadas” ou quais as despesas obrigatórias poderiam ter suas legislações alteradas, por exemplo, por leis ordinárias medidas provisórias. No caso específico de despesas imprevisíveis e urgentes como as para fazer frente à pandemia do coronavírus, o governo pode editar medida provisória e está fora do teto de gastos, mas tal gasto é capturado pelo resultado primário, o que exige rever a meta já deficitária aprovada nas diretrizes orçamentárias.



# Ações de combate nos Estados preveem o 'pior cenário'

Projeção é de que haja uma explosão no número de casos nas próximas semanas; viagens de servidores são canceladas

O Estado de S. Paulo · 14 março 2020 · A22 · Pablo Pereira

A crise do contágio da covid-19 chegou com força aos Estados, levando as equipes a trabalharem com a previsão de uma explosão no número de casos nas próximas três semanas. “Todas as ações já estão sendo planejadas com o pior cenário”, disse ontem Janaína Fonseca Almeida, diretora de Vigilância de Agravos Transmissíveis da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, durante entrevista sobre a doença em Belo Horizonte. De acordo com a diretora, pelos dados da Organização Mundial da Saúde, observados pelos técnicos nos estudos de projeção do crescimento da doença, a previsão é de um crescimento que multiplica por dez o número de casos atualmente registrados.

## POR ESTADO

● Balanço oficial, incluindo 88 casos no País e número a ser atualizado

● NÚMERO DE CASOS CONFIRMADOS



No Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite (PSDB) também fez reunião extraordinária de governo e usou sua rede social para avisar que havia decretado medidas de restrição de viagens e atendimento dos serviços públicos para tentar conter a doença. “As ações de prevenção são em respeito às pessoas que estão à volta”, afirmou o governador. Àquela hora, o Estado tinha quatro casos confirmados. No início da noite, subiu para seis infectados, ambos residentes em Porto Alegre. “Um deles é um homem, de 38 anos, que viajou para Portugal, Dinamarca e Inglaterra e uma mulher, de 59 anos, com passagem pelos Emirados Árabes Unidos”, informou a Secretaria da Saúde. Segundo o governador, a preocupação não deve ser somente com o contágio pessoal. Ficam restritas viagens de servidores, e eventos públicos devem ser cancelados ou transferidos. Em Florianópolis, eventos públicos também foram cancelados para conter o avanço da doença.

No vizinho Paraná, também com seis doentes confirmados – cinco em Curitiba e um em Cianorte –, o governo estuda a decretação de emergência. Mas a decisão ainda não foi tomada, explicou Maria Goretti David Lopes, diretora de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual da Saúde. “Nós ainda temos uma situação um pouco confortável sobre a covid-19 neste fim de semana”, disse Maria Goretti. Para ela, a preocupação no momento é com a preparação do sistema de saúde para enfrentar os próximos dias.

De acordo com a diretora, o Paraná já vive no nível 3 do Plano de Contingência, mas ela lembra que todos os casos são “importados”. Não há casos de transmissão local. Para Maria Goretti, um agravante enfrentado na rede de atendimento de saúde é o número de casos de dengue. Ela contou que já foram registradas pelo menos 37 mortes pela doença transmitida pelo *Aedes aegypti*.

Na Bahia, a preocupação também aumentou. Ontem à tarde, boletim da Secretaria da Saúde apontava 7 casos confirmados, com 289 suspeitas de infecção. Outros 153 foram descartados pelo serviço de análise. Entre os confirmados, 4 são de Feira de Santana e 3 da capital.

Os dados divulgados pelos Estados diferem do balanço nacional de ontem porque parte dos números ainda não havia sido consolidada pelo ministério.

# Aéreas podem ter prazo extra para quitar tributos

Medida em estudo pela equipe econômica pode ser usada para compensar efeitos da crise com coronavírus

---

O Estado de S. Paulo · 14 março 2020 · B5 · Amanda Pupo Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

---

Entre as medidas discutidas pelo governo para reduzir os impactos do coronavírus no setor de aviação, está o adiamento do pagamento de tributos – uma espécie de “waiver”, que postergaria por um período as cobranças. Se adotada, a medida não traria impacto na arrecadação de impostos tão alto quanto uma iniciativa de desoneração.

A decisão de dispensar ou não segmentos mais atingidos pela crise do pagamento de tributos, de forma temporária, vai depender do impacto da medida no fluxo de receitas da União e até de Estados e municípios.

A depender do tributo, o impacto pode ser mais ou menos amplo. Os impostos são divididos com os governos regionais por meio dos Fundos de Participação, ou seja, qualquer medida pode agravar o quadro nos Estados.

Uma dispensa no pagamento de contribuições, por sua vez, teria a vantagem de não impactar o fluxo de receitas para Estados e municípios. Mas concentraria o desfalque no caixa da União, que já tem uma perspectiva de perda de arrecadação por conta da desaceleração da economia em meio à crise do coronavírus.

“Não podemos aprofundar o desequilíbrio fiscal. Então, essas desonerações tem de ser muito pensadas. Podemos retardar um pouco recolhimentos, por dois, três meses, mas não pode abrir mão dessas receitas”, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

# Até quando?

O Estado de S. Paulo · 14 março 2020 · B5 · ADRIANA FERNANDES E-MAIL: ADRIANA.FERNANDES@ESTADAO.COM ADRIANA FERNANDES ESCREVE AOS SÁBADOS

É inacreditável que depois de a pandemia do coronavírus mostrar a sua cara no Brasil, ameaçando a população e derrubando o Produto Interno Bruto (PIB) do País, ainda se veja uma sequência de bate e apanha entre governo e Congresso.



Não há um momento de trégua entre as duas partes para, juntas, traçarem uma estratégia de votação de projetos importantes para o País segurar o tranco enquanto os efeitos da pandemia estiverem por aí. Dane-se a população.

Um plano de contingência para as próximas votações já deveria estar sendo traçado. E não só para avançar nas ditas reformas, mas também para a votação dos créditos extraordinários e as medidas de curto prazo que o governo deverá enviar ao Congresso para atender as necessidades mais urgentes do combate do vírus em várias frentes.

De um lado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobra de Paulo Guedes responsabilidade para anunciar um plano organizado e eficiente. Em seguida, Guedes responde a Maia cobrando do Congresso avanço das reformas.

Assim, os dias estão se passando sem que nada aconteça de fato. Só elencamos até agora frases de efeito de cada lado, que alimentam os cliques das redes sociais.

Alguém já se perguntou como ficará o quadro se o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tiver que suspender as sessões?

Parlamentares com mais idade, preocupados com o risco de contaminação, já pediram ao presidente Alcolumbre que tome essa decisão.

Mesmo de forma precária e desorganizada, a equipe econômica, que conta na sua retaguarda com técnicos de carreira experientes (muitos já passaram pelas últimas grandes crises em vários governos do PSDB, PT e Bolsonaro), começou a organizar a sua reação. E a Câmara e o Senado? Em outros países o Parlamento está ajudando. A responsabilidade é de todos.

Quem viveu a crise financeira internacional de 2008, que abalou os alicerces do mercado financeiro mundial, lembra que a reação brasileira à crise não foi assim tão imediata. As medidas foram surgindo. É um processo, mesmo. Cheio de trancos.

Apesar da urgência do momento, não se tira medidas de socorro, com implicações diversas na economia, da noite para o dia.

As primeiras medidas já foram anunciadas. O mais importante nesse primeiro momento é garantir todo dinheiro necessário para que população tenha acesso a tratamento eficiente nos hospitais públicos; que, caso haja uma expansão do coronavírus, com a necessidade de maior isolamento das pessoas, não falte comida e produtos de primeira necessidade. Crédito, socorro e subvenções temporárias vão aparecer no cardápio, se a crise piorar. Que ninguém se engane disso. Mas precisa ser de forma organizada.

É bem verdade que o presidente Jair Bolsonaro atrapalha o avanço da agenda econômica. Isso não é novidade. Assinou um projeto que selaria um acordo com o Congresso para o impasse em torno das novas regras do Orçamento, que dão mais poder ao relator, Domingos Neto (PSD-CE), e depois voltou atrás.

Dar mais poder ao relator do Orçamento, mesmo diminuído as suas emendas de R\$ 30 bilhões para R\$ 15 bilhões, significa dar mais poder a Maia, Alcolumbre e aos seus líderes e retirar dos parlamentares que são opositores a eles no Congresso.

É preciso ficar claro que a guerra pelo poder de mando do dinheiro do Orçamento não é só entre Bolsonaro-Guedes versus Congresso. É uma briga também entre o alto e o baixo clero.

À medida que as regras do Orçamento impositivo foram sendo construídas ao longo dos últimos anos (vale muito a pena a leitura do material especial produzido pelo portal do Estado na internet sobre a linha do tempo desde a sua semente em 2009), os mecanismos de controle dos líderes por meio das emendas também diminuíram.

Com um governo medíocre na articulação política, o alto clero abocanhava para si uma fatia maior do Orçamento por meio das emendas de relator. O relator representa o alto clero. É, por isso, que a briga continua. Bolsonaro, Guedes, Maia, Alcolumbre, baixo clero. Já estamos na metade de março. Até quando?

Não há um momento de trégua entre o governo e os líderes do Congresso

# Economia estuda alteração de meta fiscal

Defensores da mudança avaliam que os desdobramentos da crise do coronavírus são de ‘proporção jamais vista’; opositores acham que medida colocaria mais pressão para todo o tipo de gasto e que é preciso esperar mais tempo para avaliar efeitos da turbulência

---

O Estado de S. Paulo · 14 março 2020 · B1 · Adriana Fernandes Idiama Tomazelli / BRASÍLIA

---

A equipe econômica avalia propor uma mudança na meta fiscal deste ano para evitar o bloqueio de pelo menos R\$ 30 bilhões do Orçamento. Números preliminares apontam a necessidade de um bloqueio dessa magnitude nas despesas do Orçamento para garantir o cumprimento da meta fiscal de 2020, que permite rombo de até R\$ 124,1 bilhões nas contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central.

O governo pode propor a mudança da meta fiscal deste ano para evitar o bloqueio de pelo menos R\$ 30 bilhões do Orçamento. Números preliminares da equipe econômica apontam a necessidade de um bloqueio das despesas do Orçamento dessa magnitude para garantir o cumprimento da meta fiscal de 2020, que permite rombo de até R\$ 124,1 bilhões nas contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central.

A depender do cenário dos próximos dias, o valor pode subir ainda mais devido ao impacto da pandemia do novo coronavírus. Como esse é um valor muito elevado, diante do cenário de queda do ritmo de crescimento da atividade econômica por causa dos efeitos da crise e da necessidade de adoção de medidas emergenciais, começou a ser discutida ontem na equipe do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a possibilidade de piora da meta fiscal, como antecipou o Estadão/Broadcast na última quinta-feira.

Nesse cenário, o bloqueio seria feito até que o Congresso aprovasse a alteração da meta. O bloqueio em volume tão alto compromete o funcionamento da máquina pública e a prestação de serviços à população.

A previsão de déficit teria que ser alterada na mesma magnitude do contingenciamento. Depois de aprovada, o bloqueio seria desfeito dando mais fôlego aos ministérios. O anúncio do bloqueio deve ser feito na semana que vem.

Um integrante da equipe econômica que defende a mudança disse ao Estado que a medida dá mais margem de manobra nesse momento de incerteza dos efeitos da pandemia do coronavírus no Brasil e no mundo. Os defensores da medida na Economia querem evitar um tombo maior da expansão do PIB.

Defensor da cartilha liberal, Paulo Guedes não decidiu. Ele teme por pressões de gastos, que colocaria o processo de ajuste em risco. A preocupação é também com a sinalização para os investidores de que o ajuste fiscal é excessivamente gradual, já que desde 2016 os resultados das contas públicas mostram déficits elevados. O Brasil só deve voltar a fechar as contas no azul em 2022, segundo projeções oficiais.

Para outro integrante da equipe, a alteração da meta é “apenas uma consequência natural” se houver necessidade dado o avanço do coronavírus. No grupo dos que defendem a mudança, há o diagnóstico de que os desdobramentos da crise são de “uma proporção jamais vista”. Já os opositores da mudança avaliam que a mudança da meta colocaria mais pressão para todo o tipo de gasto.

“Alterar a meta de primário não é nenhum pecado mortal se você mostrar que fez isso de maneira consciente”, disse o diretor executivo do Instituto Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto. Para ele, seria compreensível neste momento prever um rombo maior nas contas se a justificativa for aumento em gastos com saúde.

# Governo já vê ‘efeitos’ de avanço do coronavírus

Empresas aéreas e de eventos enfrentam retração do nível de atividade; secretaria monitora setores para avaliar impacto nos negócios

---

O Estado de S. Paulo · 15 março 2020 · B6 · Idiana Tomazelli

---

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, disse ao Estadão/Broadcast que o governo já identificou “efeitos isolados” do avanço do novo coronavírus no Brasil sobre setores da indústria e dos serviços, com retração do nível de atividade.

“A partir da semana que vem, teremos um plantão de informações. Por enquanto, identificamos efeitos isolados em alguns setores da indústria e de serviços, mas no curto prazo o impacto maior é sobre os setores aéreo e de eventos”, disse Costa.

O setor aéreo tem muitos custos atrelados ao dólar, que já subiu 20% neste ano e fechou o último pregão cotado a R\$ 4,8163, um recorde histórico. Já o setor de eventos tem sido afetado diante das recomendações do Ministério da Saúde para que a população evite aglomerações. Capitais como Rio e São Paulo já restringiram a realização de eventos com grande número de pessoas.

Como efeito da pandemia, bancos cortaram nos últimos dias sua projeção para o crescimento do PIB neste ano, que poderia não passar de 1,5%. O próprio Ministério da Economia alterou sua estimativa, de 2,4% para 2,1% – ainda assim, mais alta do que a do mercado.

A secretaria está monitorando os que sofreram impacto da crise no setor produtivo desde o carnaval e tem subsidiado as discussões no recém-criado comitê de monitoramento no ministério.

Segundo Costa, o secretaria tenta atuar “com serenidade e o máximo de agilidade”, mantendo contato com todas as associações e confederações do setor produtivo. “Estamos trabalhando em medidas que garantam o mínimo de impacto sobre nossa produção e emprego”, disse, sem antecipar quais seriam essas ações.

Na última quinta-feira, o Ministério

da Economia anunciou as primeiras medidas de enfrentamento aos impactos do novo coronavírus no País. Haverá, por exemplo, antecipação de 50% do 13.º de aposentados e pensionistas do INSS para o mês de abril, com injeção de R\$ 23 bilhões na economia, além de redução nas taxas de juros de empréstimos consignados para esse público. O governo também vai propor ao Congresso a ampliação da margem do benefício que pode ser comprometida com desconto em folha, hoje em 30% para empréstimos e 5% para cartão de crédito.

Em outra frente, o governo vai isentar de tarifas de importação alguns produtos médicos e hospitalares. Essas aquisições também terão facilidades diante da burocracia para ingresso no País. Os bancos públicos, por sua vez, estão comunicando a clientes a existência de linhas de crédito para fornecer capital de giro em momento de eventual dificuldade.

# Impacto político do coronavírus e do petróleo

O Estado de S. Paulo · 15 março 2020 · B2 · E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Não há ainda um mínimo de clareza a respeito dos desdobramentos do duplo choque, do coronavírus e do petróleo. Mas já se esboçam impactos sobre as relações de poder, no exterior e por aqui.



O mais importante deles sugere enfraquecimento da força do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, porque seu jogo unilateralista ficou disfuncional e, por isso, passou a ser fortemente questionado diante da maior necessidade de coordenação global de políticas entre as grandes potências. E, também, porque algumas áreas que o apoiam estão agora prostradas e mais propensas a mudar de lado.

O setor da economia dos Estados Unidos mais atingido pela derrubada dos preços do petróleo é o do óleo e gás de xisto, responsável pela produção de aproximadamente 10 milhões de barris ou equivalentes por dia, mais do que as exportações da Arábia Saudita até agora. Se os preços do barril persistirem à altura dos US\$ 30, grande parte dos produtores desse segmento quebrará ou será obrigada a suspender a produção por tempo indeterminado, porque opera a custos bem mais altos. Isso implicaria perda de renda e enfraquecimento fiscal de importantes Estados do Sul do país e de municípios que vinham apoiando Trump. O vigor da economia, apontado como grande trunfo eleitoral do presidente, pode deixar de ser tão estratégico, como foi até agora.

A ação da Rússia, crucial na decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de derrubar os preços, parece ter sido, também, de represália ao governo Trump, pelas sanções por ele impostas a empresas europeias participantes do projeto de construção das instalações do gasoduto Nord Stream 2, desenhado para facilitar as exportações russas para a Europa, principalmente para a Alemanha. Ou seja, a Rússia, que dizem ter ajudado Trump nas eleições de 2016, agora parece estar no lado oposto.

E tem as relações com Pequim. Se pretendia voltar a acirrar a guerra comercial, Trump também ficou sem justificativa para isso, diante do impacto da queda do PIB da China sobre a economia mundial e sobre a dos Estados Unidos. Também nesse caso, a reconfiguração geopolítica não ajuda o presidente Trump.

Como lembrado acima, este é um momento em que é preciso coordenação global contra o alastramento do coronavírus, empreendimento que exige aprofundamento das relações de confiança entre os governantes globais.

Mas a capacidade de inspirar confiança não é qualidade que pode ser apresentada por um governante que refuga a defesa dos valores globais e, em vez disso, trombetaia que os interesses americanos virão sempre em primeiro lugar. E essa peculiaridade deverá ter influência na condução da política durante e depois do coronavírus.

Importante será também ver como se comportam as relações entre os membros da União Europeia. O sócio mais vulnerável agora é a Itália. Num momento em que a solidariedade do bloco vem sendo questionada, especialmente pelo Brexit, e em que dentro dele proliferam movimentos xenófobos e separatistas, será preciso ver até que ponto a integração entre os países-membros vai ser atendida.

Aqui no Brasil algumas coisas novas já acontecem. Uma delas é o acirramento da ação dos congressistas contra o presidente Bolsonaro. A derrubada do veto no caso da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), na semana passada, é indicação disso. Se o coronavírus se alastrar no Brasil, as atividades dos congressistas poderão ficar reduzidas e, nessas condições, a aprovação dos projetos de reforma poderia ficar prejudicada, fator que poderá, por si só, derrubar a confiança na condução da política econômica.

A decisão de evitar manifestações políticas de rua prejudica não só as forças que apoiam Bolsonaro, mas também as esquerdas mais radicais, que sempre apelaram para movimentos de massas. E, by the way, é também fator capaz de desmobilizar as manifestações da direita populista na Europa.

A hora é de unificação de forças aqui no Brasil, destinada a enfrentar problemas de enorme gravidade. Mas até agora não apareceram lideranças capazes de conduzir um processo dessa natureza. O clima interno ainda é de forte polarização, de rejeição ao diálogo e de definição de compromissos.

Os tempos estão a exigir uma economia de guerra, a ser conduzida num regime democrático. Isso exige sólida união interna e alta capacidade de superação de divergências. Mas, por enquanto, o Brasil ainda é um país dividido.

# O coronavírus e a economia

O Estado de S. Paulo · 15 março 2020 · B6 · AFFONSO CELSO PASTORE

Ocoronavírus (covid-19) impôs à economia mundial um choque de oferta. A defesa contra a propagação do vírus consiste em colocar em quarentena áreas geográficas extensas, como na China, ou a totalidade do país, como na Itália, e como a produção industrial dos países está integrada nas cadeias globais de suprimento, ela se contrai. Contrariamente ao que ocorria em crises de balanço de pagamentos ou na crise bancária e na recessão mundial de 2008/09, contudo, há pouco que os bancos centrais possam fazer. A política monetária pode amainar a propagação desse choque sobre a demanda, porém ela é impotente para reduzir a intensidade de choques de oferta e, em adição, as taxas de juros de curto e de longo prazos nos EUA, Europa e Japão estão muito próximas de zero.



Taxas de juros próximas de zero ao redor do mundo produziram efeitos. Um deles foi o aumento do endividamento e da alavancagem das empresas, o que eleva o risco de crédito, que cresce quando a economia é submetida a um choque. Esse é o caso dos EUA. Talvez, por isso, mesmo sabendo que a política monetária não é o instrumento adequado para corrigir choques de oferta, o Federal Reserve tenha decidido baixar em 50 pontos a taxa dos fedfunds. Pode ser que ajude a manter as condições financeiras, mas a reação das Bolsas logo em seguida ao anúncio é uma evidência clara da percepção de que o Fed não tem munição suficiente para evitar o pânico. Com as taxas reais de juros permanecendo baixas por extenso período, ocorreu forte alteração na composição da carteira de ativos, elevando a demanda por ações, com o S&P500 tendo atingido os níveis mais elevados dos últimos 50 anos. Inflada pelas taxas reais de juros persistentemente baixas, havia uma bolha que se desinflou com a ocorrência da crise desencadeada pela covid-19.

Com o aumento da aversão ao risco, capitais saem de todos os países dirigindo-se aos EUA, levando à queda das taxas das treasuries e à valorização do dólar. No Brasil, também havia na Bolsa uma valorização distante dos fundamentos e ela desabou, mas a maior reação veio através da taxa cambial, que se depreciou bem mais do que nos demais países, incluindo as commodity currencies que, por isso, são mais afetadas pela desaceleração da China. O aumento da demanda por hedge e das saídas de capitais é um atestado de que há uma percepção de risco que deriva da gravidade da crise combinada à nossa fragilidade fiscal e ao precário apoio político às reformas. Como as intervenções no mercado de câmbio têm eficácia limitada, o Banco Central pode e deve suavizar a volatilidade, mas não evita a depreciação.

Ainda que a indústria brasileira seja pouco integrada nas cadeias globais de suprimentos, ela é afetada pelo “choque de oferta”, que não atinge apenas a indústria, sendo inevitável que se propague através da demanda. Por isso, o Banco Central do Brasil pode e deve baixar a taxa de juros. Porém, além da queda da taxa básica de juros é preciso atuar para preservar a liquidez e a funcionalidade dos mercados diante do pânico que se instalou. Em situações como esta, no Brasil e no mundo, há uma enorme necessidade de liquidez que somente pode ser dada pela ação coordenada dos bancos centrais e dos respectivos Tesouros, incluindo os bancos centrais que têm pouco espaço para reduzir a taxa de juros, como o BCE.

No Brasil, acima de tudo, é preciso que as autoridades mantenham a calma e não sucumbam à tentação de jogar fora tudo o que já foi conquistado em nome de encontrar soluções fáceis. Teremos de enfrentar o problema de conter o avanço da epidemia, o que requer recursos que terão de ser mobilizados, mas isso não quebra o País. Há um problema humanitário que tem de ser tratado com seriedade, e que não põe em risco a consolidação fiscal. Não consigo entender a “lógica” (se é que pode ser chamada de lógica) dos que propõem uma suspensão do teto de gastos. Um país cuja taxa de investimento se mantém no menor valor atingido no auge da recessão, esta somente deverá ser elevada, qualquer que seja a taxa de juros, quando for removido o risco de que os gastos primários voltem a crescer, e o país tenha se livrado do risco de uma volta à dominância fiscal.

Do espírito público dos políticos depende a manutenção da austeridade fiscal, que aliada à ação proativa do Banco Central e do Tesouro reduz os riscos, garantindo o rumo da agenda de reformas.

Ao contrário da recessão de 2008/2009, há pouco que os bancos centrais possam fazer

\*

EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL E SÓCIO DA A.C. PASTORE & ASSOCIADOS. ESCRIVE QUINZENALMENTE

# PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

‘Mercado reage à falta de liderança global’, diz Paulo Leme.

O Estado de S. Paulo · 15 março 2020 · B6 · Simone Cavalcanti

Ex-presidente do Goldman Sachs no Brasil e atualmente professor de Finanças na Herbert Business School of Miami University, o economista Paulo Leme afirma que existe hoje uma crise de liderança no mundo, principalmente nos Estados Unidos, e isso está desancorando o mercado. “Não sou responsável. É a situação que o mercado está reagindo”, diz ele, sobre o movimento de baixada semana passada. Nesse sentido, seria necessária uma atuação ousada assim como coordenada entre as nações em matéria monetária, de crédito e fiscal, inclusive em termos de saúde, para mudar as expectativas e reverter a corrida por segurança. Enquanto não houver essa mudança de expectativas, afirma ele, o sistema ficará à deriva e se espera o pior resultado possível. A seguir, os principais trechos da entrevista.



Os mercados perderam a referência? Qual a sua perspectiva?

O mercado está desancorado. Responde aos sinais que ele recebe do setor real da economia e também da parte de política econômica e da política como um todo. E, no momento, o mercado acha que não vale a pena manter posições e, por isso, está numa fuga para ativos seguros, como títulos do Tesouro americano, ouro e vendendo ativos de risco que vão desde ações a bônus de empresas como papéis de países emergentes.

Esse pânico tem razão de ser?

Eu não chamaria de pânico. Há uma conjuntura extremamente desafiadora e resultado de três variáveis importantes. Primeiro, o choque inesperado, que causa muita incerteza, que é o coronavírus, onde nem as autoridades médicas muito menos as políticas têm sido capazes de lidar de forma eficiente. Isso desancora o mercado. Em segundo lugar, outro choque que se sobrepõe e está parcialmente relacionado é a quebra do acordo de produção dos países da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que gerou queda muito expressiva do preço do petróleo. Em terceiro lugar, e que fica



muito claro depois de semanas de convivência com o vírus, é que não há liderança política de país e, pior, menos ainda mundial. Ou seja, ninguém é responsável.

- Já podemos dizer que estamos em uma crise de crédito ou ela é iminente?

Eu diria que a pior crise agora é a crise de liderança. Eu diria em inglês “nobody is in charge”, ninguém é responsável. É a isso que o mercado está reagindo. Por exemplo, o pronunciamento do presidente dos EUA, Donald Trump, que supostamente iria acalmar os mercados e anunciar grandes medidas... Não anunciou nada de expressivo exceto algo que foi alarmante. Ou seja, se você tem conhecimento e, por alguma razão, fecha fronteira por 30 dias para a Europa, alguma coisa te preocupa muito. No entanto, não anuncia como vai atacar a questão da contaminação nem como encontrar medidas paliativas para amenizar o impacto econômico e no mercado financeiro. Os EUA sempre tiveram esse papel de liderança e essa credibilidade de conduzir o mundo em momentos difíceis. Hoje, não há nenhum dos dois e cada um está tentando resolver o problema por si só.

- Falando da questão da liderança, como o sr. classifica a liderança no Brasil?

A gente não está em posição de personalizar ou julgar ninguém. Eu diria que a frase cabe para qualquer lugar: ‘Nobody is in charge’.

- Temos visto nos últimos dias muitos anúncios de incentivo monetário. Por que não há fiscal e no que isso ajudaria mais?

Até o momento, com exceção da Inglaterra, que ofereceu um pouco mais em matéria fiscal, a reação principal que está limitando a velocidade e a intensidade de respostas à crise tão grave é que se tem um espaço

fiscal muito limitado. Com toda essa liquidez e a queda das taxas mais longas de juros, se vê o endividamento não só soberano, mas também das empresas. Então, o espaço para fazer política contracíclica fiscal é muito limitado. Mas é importante fazer porque uma das consequências do vírus é inibir atos de consumo e isso é um choque de demanda muito forte, especialmente no setor de serviços. Por isso, é preciso entrar com a política fiscal, para expandir a demanda agregada e, com isso, compensar a queda do consumo privado gerada pela incerteza do vírus.

- Mas também há riscos com estímulos fiscais...

Em condições ideais, não seria recomendável ter um aumento do gasto primário nem das economias avançadas nem das emergentes. Mas, entre as alternativas, não fazer é muito pior do que ter uma deterioração fiscal de curto prazo. Porque pode-se entrar em dois problemas. Primeiro, uma cadeia de inadimplência, ou seja, as empresas já têm dificuldade por falta de capital de trabalho, há aquelas com problema de liquidez e, aí, o crédito fecha e começa a ter problemas de pagamentos. Se continuarmos nesse ritmo, em uma ou duas semanas podemos começar a ter eventos de crédito e problemas de liquidez graves, que poderiam começar a afetar um setor que hoje está muito bem posicionado, que é o financeiro.

- Para o Brasil, há algum componente a mais de preocupação no movimento do câmbio além do próprio fortalecimento do dólar?

A desvalorização do câmbio, além do preço justo de equilíbrio de longo prazo, já vinha ocorrendo antes do processo do coronavírus ser conhecido. A razão é muito simples. Uma escolha binária: se escolhe cortar os juros, que era a medida correta a ser tomada pelo Banco Central, não se pode esperar que o câmbio fique no mesmo lugar. A decisão correta e positiva de cortar a taxa de juros

para 4,25% no Brasil causou uma redução dos fluxos de capital muito expressiva, portanto, a oferta de dólar diminuiu muito.

- Tensões políticas recentes têm ajudado a pressionar o dólar?

Na questão política, acho que perdemos grandes oportunidades para entrarmos nessa crise em outro patamar, com maior grau de fluxo de capitais, investimentos em infraestrutura, privatizações. A política impediu que estivéssemos em melhores condições iniciais. Agora, dada a ordem de grandeza, é a diferença entre uma arma nuclear e uma banana de dinamite. Fundamental, e o que as pessoas esquecem, o câmbio é um ativo financeiro e, portanto, responde muito a expectativas e notícias. Contribuir só com notícias negativas é dar tiro no pé. O Brasil, que sempre respondeu bem durante crises, poderia aproveitar esse momento desafiador para a economia mundial para fazer o que tem de ser feito em reformas e tentar minimizar o impacto na atividade, e no balanço de pagamentos.

# Modernização e políticas públicas

O Estado de S. Paulo · 16 março 2020 · A2 · José Goldemberg PROFESSOR EMÉRITO E EX-REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), FOI MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Está aberto o caminho para que o Brasil passe a integrar a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mais conhecida como o “clube dos países ricos”. Fazem parte dela os 36 países mais avançados do mundo, onde se concentram mais de 40% da riqueza mundial.

Na prática, o Brasil, a oitava economia mundial, não é mais considerado um “país em desenvolvimento”, como é o caso de muitos países da África. E o ingresso na OCDE vai nos levar a alinhar certos procedimentos na economia e administração do País com os demais países do grupo.

Um das áreas em que isso vai ter de ser feito é a do desenvolvimento científico e tecnológico, que é um componente essencial da modernização. É útil, portanto, começar a entender desde já as políticas públicas e os instrumentos que os países da OCDE utilizam e compará-los com os que estão sendo adotados hoje no Brasil.

Um documento útil para esse fim é o intitulado Colaboração Universidade-Indústria, publicado em 2019 pela OCDE, que analisa as políticas públicas dos países-membros da organização para apoiar a transferência de conhecimentos das universidades para a indústria. Esse não é um problema novo no mundo, nem no Brasil, e nos força a tentar entender o papel das universidades em geral na sociedade.

Até a criação da Universidade de Bolonha, por alunos e mestres independentes, há mais de 800 anos, todo o ensino e os estudos eram feitos apenas em estabelecimentos religiosos. Após a sua criação, seguida pela fundação de muitas outras, as universidades tornaram-se centros de pensamento intelectual e nelas se desenvolveram as grandes ideias filosóficas e científicas que abriram novos horizontes, para além dos permitidos pela Igreja Católica na época.

Sucedem que as áreas mais técnicas, como a engenharia, se mantiveram fora das universidades, o que não significa que não se tenham desenvolvido nas próprias indústrias. Elas só foram incorporadas às universidades muito mais tarde, em alguns países, como na Inglaterra, isso só foi feito no século 20.

Essa é uma das razões por que muitas universidades adquiriram a reputação de ser elitistas e acadêmicas, verdadeiras “torres de marfim” desligadas da realidade.

Os países da OCDE, contudo, já superaram o preconceito de que as “grandes ideias” e inovações somente se originam nas universidades e que “técnicos”, fora delas, as põem em prática, ou seja, que existe uma hierarquia entre “acadêmicos, superiores”, e “técnicos, inferiores”.

Ambos trabalham em paralelo e se realimentam. Na indústria dos Estados Unidos, pesquisas acadêmicas contribuem de maneira decisiva e rápida para a produção de menos de 10% dos produtos fabricados por ela. É por essas razões que não são as universidades as grandes geradoras de patentes, mas os egressos delas que criaram empresas ou trabalham em empresas já existentes. Em muitos casos os próprios professores das universidades são sócios de empresas.

Um dos melhores exemplos é dado pela Universidade Stanford, que com seu excelente sistema de ensino e pesquisa acadêmica de alto nível deu origem ao Vale do Silício, que se formou em torno dela e onde seus ex-alunos se estabeleceram, criando inúmeras empresas.

O relatório da OCDE lista 21 políticas adotadas nos seus países-membros para estimular esse tipo de interação criativa de transferir conhecimentos das universidades para o setor industrial: 11 delas são instrumentos financeiros, como subsídios, bolsas de estudos, compras públicas, manutenção conjunta de laboratórios de pesquisa e outros. Cinco são instrumentos regulatórios, sobretudo na área de patentes. E outros cinco são estímulos à cooperação, programas de treinamento e formulação conjunta de estratégias de desenvolvimento.

A grande maioria dessas políticas já existe no Brasil, pela ação dos diversos órgãos do governo, como Capes, CNPq, Finep, e das fundações de amparo a pesquisas estaduais, das quais o melhor exemplo é a Fapesp, em São

Paulo. Somam-se a elas os fundos setoriais, que são alimentados por uma taxa de 1% do produto bruto do faturamento de empresas de energia e telecomunicações.

Quando a demanda por tecnologia era elevada, como foi no País durante a construção de grandes obras de infraestrutura, como em petróleo, estradas e hidrelétricas, surgiram empresas de engenharia como a Promon e a Hidroservice, entre outras, formadas por egressos das nossas universidades que utilizaram seus serviços e sua competência.

A visão de que as universidades vivem numa “torre de marfim” no Brasil é incorreta. Elas estão funcionando satisfatoriamente, de modo geral, para os fins para os quais foram criadas, que são a formação de recursos humanos em todas as áreas (incluídas as de humanidades), mas a demanda por seus serviços e sua competência é ainda baixa e só aumentará com uma retomada vigorosa de investimentos em infraestrutura e da economia em geral, que depende de políticas governamentais.

É útil começar já a entender o que fazem os países da OCDE e comparar com o Brasil

# Fed corta os juros e pressiona Brasil

O Estado de S. Paulo · 16 março 2020 · A1 · / ALTAMIRO SILVA JUNIOR, DOUGLAS GAVRAS, RICARDO LEOPOLDO, THAÍS BARCELLOS, CÍCERO COTRIM E KARLA SPOTORNO

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) anunciou ontem um novo corte de juros e participação em uma ação coordenada com outros bancos centrais para aumentar a liquidez do mercado, diante do risco de uma retração global por conta da pandemia do coronavírus. As taxas passaram de um intervalo entre 1% e 1,25% ao ano para zero a 0,25%. Foi a segunda redução no mês aprovada em reunião extraordinária. A decisão do Fed deve aumentar, no Brasil, a pressão para que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) mantenha o ciclo de redução da taxa básica, a Selic. A decisão do órgão vai sair na quarta-feira.



Taxas vão ficar entre zero e 0,25%, na segunda redução anunciada no mês em resposta aos efeitos do coronavírus; órgão ainda vai participar de ação coordenada com outros BCs no mundo para aumentar liquidez no mercado; no Brasil, Copom define nova Selic na quarta-feira

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) anunciou ontem um novo corte de juros e participação em uma ação coordenada com outros bancos centrais para aumentar a liquidez do mercado, diante do risco de uma retração global por conta da pandemia do coronavírus. As taxas passaram de um intervalo entre 1% e 1,25% ao ano para zero a 0,25%. Foi a segunda redução no mês aprovada em reunião extraordinária. Em comunicado, o Fed afirmou que a crise vai “pesar na atividade econômica no curto prazo e representar riscos para as perspectivas econômicas”.

Além do corte de juros, o Fed anunciou a compra de até US\$ 700 bilhões em títulos do Tesouro e lastreados em hipotecas e a redução a zero da taxa do compulsório bancário. No caso do compulsório, que vai valer a partir do dia 26, a medida abre uma porta para o aumento de empréstimos a empresas e famílias em dificuldades financeiras.

“O corte de juros pelo Fed me faz muito feliz e eu quero parabenizá-lo por essa decisão”, disse o presidente americano, Donald Trump. Segundo ele, os mercados devem ficar “entusiasmados” com a medida. Já o presidente do Fed, Jerome Powell, afirmou que o coronavírus representa um “desafio econômico significativo” e admitiu que haverá fraca atividade produtiva por “um período de tempo”.

Em outra frente, o Fed se associou ao Banco Central Europeu (BCE), do Canadá, do Japão, da Suíça e da Inglaterra para a troca de linhas de crédito, com o objetivo de manter as operações de financiamento em dólar. Entre analistas, a iniciativa foi vista como uma resposta a críticas à falta de uma ação articulada dos principais bancos centrais do mundo para tentar atenuar o impacto do coronavírus, como foi feito na crise financeira de 2008.

Em reação inicial às medidas, os índices futuros de ações em Nova York estavam em queda de quase 5% até a conclusão desta edição. Já a bolsa de Tóquio tinha retração de 1,41%, após abrir em alta de 0,41%. “Vai ser im-

portante para segurar a liquidez, mas não tem garantia de que os mercados acionários reajam de forma satisfatória neste momento”, disse o economistachefe da Nova Futura, Pedro Paulo Silveira.

O diretor de economia em tempo real da Moody's Analytics, Ryan Sweet, cobrou medidas fiscais para complementar o apoio à economia dos EUA. Para a Moody's, o PIB americano deve recuar no segundo trimestre e acumular alta de 1,3% no ano.

Selic. A decisão do Fed deve aumentar, no Brasil, a pressão para que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) mantenha o ciclo de redução da taxa básica, a Selic. A decisão do órgão vai sair na quarta-feira. “Um fator complicador é a desvalorização forte do real. O BC vai precisar decidir se quer controlar o câmbio ou cortar juros. Não há como fazer as duas coisas ao mesmo tempo, a não ser com a queima de reservas internacionais, uma saída nada prudente neste momento”, disse o economista-chefe da Necton, André Perfeito. De 50 analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast na sexta-feira, 41 esperam corte na Selic, hoje em 4,25% ao ano – já no seu menor patamar histórico. Destes, 21 preveem corte de 0,25 ponto porcentual e 20 falam em redução de até 0,5 ponto. Dos consultados, só nove se mantêm céticos sobre a disposição do Banco Central ou sobre a efetividade da mexida nos juros.

Quando cortou a Selic de 4,5% para 4,25%, no início de fevereiro, o Copom chegou a indicar que o ciclo de afrouxamento monetário – iniciado ainda em julho de 2019 – poderia ser encerrado. Mas, na leitura do mercado, essa postura mudou logo depois de o Fed anunciar o primeiro corte de juros.

“O BC deve, no mínimo, acompanhar o sentido da mudança nos juros no mundo”, disse Luiz Fernando Figueiredo, sócio da Mauá Capital e ex-diretor do BC, que defende corte de 0,5 ponto. “O Brasil tem espaço fiscal limitadíssimo (para estimular o PIB).”

Para Carlos Kawall, diretor do ASA Bank e ex-secretário do Tesouro, o “mais adequado” seria um corte de 0,75 ponto. “É um movimento que nos deixaria mais em linha com outros bancos centrais”, afirmou ele.

O Copom se reúne a cada 45 dias para definir a Selic, buscando o cumprimento da meta de inflação. Para 2020, a meta é de 4% (com tolerância entre 2,5% e 5,5%). Com a inflação sob controle, o maior receio é com relação à perspectiva para o PIB. A estimativa é de avanço de até 1,5%. O próprio Ministério da Economia alterou sua previsão, de 2,4% para 2,1%.

# Governo quer acelerar debate sobre mudança de meta fiscal

Com risco de Congresso suspender sessões, equipe econômica estuda incluir emenda em texto já enviado a parlamentares

O Estado de S. Paulo · 16 março 2020 · B1 · Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Diante do risco de o Congresso suspender as sessões por conta da pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica do governo estuda incluir emenda em um dos projetos orçamentários já enviados ao Legislativo para alterar a meta fiscal das contas públicas de 2020.



Como antecipou o Estadão/Broadcast, o Ministério da Economia poderá reavaliar a meta de resultado primário de 2020 em função dos efeitos do coronavírus. O objetivo seria garantir os recursos demandados, sobretudo pelo Ministério da Saúde, e evitar uma paralisia do governo num momento crítico para o País.

A meta fiscal permite hoje um déficit de até R\$ 124,1 bilhões nas contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central. No entanto, a perda de arrecadação com a desaceleração da economia aponta para um cenário de contingenciamento, como já admitiu o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

A ideia até agora é aproveitar o projeto que já está no Congresso que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo pode enviar uma mensagem modificativa e o relator incluir como emenda de relator. O ideal é que essa alteração da meta seja feita após o governo explicitar o tamanho do contingenciamento, o que deve ser anunciado esta semana.

Sem a mudança da meta, o governo poder ficar amarrado para agir. Embora o teto de gastos permita que créditos extraordinários para ações de urgência não sejam contabilizados no limite, a meta fiscal poderá acabar se tornando um entrave para atender as demandas para o coronavírus.

O teto é uma regra constitucional que impede o crescimento das despesas acima da inflação de um ano para outro.

Para os integrantes da equipe econômica favoráveis à alteração da meta fiscal, a medida aliviaria a pressão, nesse momento, por flexibilização do teto de gastos, que cresce entre os economistas. O teto é considerado peça-chave do ajuste fiscal.

A avaliação é que uma demanda grande por saúde é imediata, mas as necessidades na área de assistência social podem se ampliar também. Deve haver queda da arrecadação, da atividade e do emprego. Nesse cenário mais dramático, não seria considerada irresponsabilidade adotar medidas que flexibilizem a política fiscal se for somente para fazer frente a uma situação emergencial e de curto prazo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também tem um artigo para o enfrentamento de casos de decretação de calamidade, o que não é o caso agora.

Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, são dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho orçamentário. A suspensão só vale enquanto a calamidade perdurar. Num cenário, por exemplo, em que seja decretada a calamidade, ficaria suspensa a necessidade de contingenciamento do Orçamento federal.

Veículo: G1	
Data: 16/03/2020	Caderno: Economia



## **Contra crise, Guedes diz que pode elevar déficit fiscal, mas não admite mexer no teto de gastos**

16/03/2020 07h56 Atualizado há uma hora

O governo não tem dinheiro. Mas dinheiro haverá para enfrentar a emergência da saúde das pessoas e da economia por causa do coronavírus. O ministério da Economia já discute as várias alternativas para aumentar a disponibilidade de recursos.

Uma delas é elevar o déficit fiscal previsto para este ano, que é de R\$124 bilhões.

### **Liberação do PIS-Pasep**

O governo também estuda a uma fórmula jurídica para liberar R\$ 22 bilhões do PIS-Pasep, que está disponível desde o ano passado, mas que não foram retirados por quem tem direito ao saque.

Segundo informou ao blog o ministro Paulo Guedes, uma ideia em discussão seria fundir o PIS com o FGTS, criando um fundo do trabalhador. A partir desse novo fundo se liberaria o dinheiro para quem quiser sacar. Com isso se preservaria o direito a saque de quem não retirou o dinheiro do antigo PIS-Pasep. Muitas dessas pessoas ou já faleceram ou por alguma razão não apareceram para sacar. Mas seus direitos precisam ser preservados.

### **Verba para a Saúde**

Guedes disse que o impasse entre governo e Congresso sobre a emenda do relator do orçamento pode ser resolvido com a destinação de R\$ 10 bilhões para o Ministério da Saúde, medida que dependeria de um acordo com lideranças do parlamentares.

### **Linhas de crédito para empresas**

A Caixa já liberou R\$75 bilhões para capital de giro e o Banco do Brasil e o BNDES também poderá liberar linhas para financiar empresas que enfrentarão dificuldades de caixa.

### **Mais espaço no orçamento**



Guedes disse que se o Congresso aprovar a PEC emergencial, que cria mecanismos automáticos de redução de despesas para estados e municípios em crise fiscal, haverá mais espaço no orçamento para que o governo destine mais dinheiro para enfrentar a crise do coronavírus.

### **Eletrobras**

A aprovação da privatização da Eletrobras, segundo o ministro, tornou-se ainda mais relevante, porque se o Congresso não aprovar a venda da estatal, o governo terá que cortar R\$16 bilhões do Orçamento, que corresponde à receita que se espera obter com a privatização.

Veículo: O Globo	Online
Data: 14/03/2020	Coluna: Economia



## Difícil proteção da economia



A arrecadação vai cair porque a atividade econômica está se enfraquecendo, a privatização da Eletrobras pode não acontecer — ou por não ser aprovada pelo Congresso, ou pela volatilidade dos preços das ações — os royalties de petróleo serão menores do que o previsto. O crescimento será mais baixo ainda do que a nova previsão feita pela equipe econômica. O déficit vai aumentar. É improvável que o governo consiga cortar despesas na mesma dimensão da perda de receitas. Por isso o déficit vai subir. A dúvida é sobre a dimensão do pacote de estímulo econômico para mitigar os efeitos do coronavírus. O Ministério da Economia ainda não concluiu as projeções da redução da receita com a queda da expectativa de crescimento que fez esta semana. Reduziu de 2,3% para 2,1%. Terá que diminuir mais. A cada revisão precisará cortar a receita prevista e fazer o contingenciamento da despesa. Uma coisa se sabe nesta altura da pandemia: não poderá cortar em saúde, a maior despesa do orçamento. Pelo contrário, terá que elevar. As convicções fiscalistas da atual equipe econômica serão testadas.

Esta semana marca o momento importante em que a equipe econômica sai da negação. Até agora, a resposta do ministro Paulo Guedes era que enfrentaria a crise com as reformas que estão no Congresso e as que não consegue tirar da mesa do presidente. A administrativa foi esvaziada, e a tributária é muito tímida. Se as propostas fossem boas e amplas, elas produziram avanços estruturais, mas o governo precisa ter medidas emergenciais para o atual momento de incerteza e eventuais inesperados. Portanto, aprovar reformas pode ser bom, mas não resolve problemas agudos. Esses dias em que a bolsa teve quedas abissais e recuperações dramáticas levaram a crise da saúde para dentro da economia. Mesmo um governante irresponsável como o presidente Donald Trump, que negava a gravidade do problema até outro dia, estava ontem decretando emergência nacional. No Brasil, em que o presidente Jair Bolsonaro compartilha tanto com Trump, houve também a compreensão de que era preciso partir para algum tipo de programa de emergência para atenuar os efeitos econômicos da pandemia. As primeiras medidas anunciadas foram poucas, mas boas. Suspender aprova devida, evitando que o aposentado ou a pensionista tenha queira um local cheio de gente é sensato. É impressionante que isso não tivesse sido pensado antes. A segunda decisão, de antecipar o pagamento de metade do 13º, não eleva gastos e coloca já R\$ 23 bilhões na economia. Há outras ideias sendo ventiladas, nem todas elas boas: estimular o endividamento através do consignado, inventar novos truques com o FGTS, a Caixa oferecer mais dinheiro para empréstimos. A mais importante medida foi a mudança de atitude, da negação de que algo além das “reformas” precisasse ser feito à criação de um grupo que ficará dedicado no Ministério da Economia a pensar no assunto. Alguns setores podem sucumbir, o mais vulnerável talvez seja a área de cultura. Deu mal, os produtores culturais e artistas já enfrentavam um governo hostil e estatais que fazem escolhas ideológicas no patrocínio. De outro, passarão a viver a fuga do público e, em alguns casos, a proibição, como São Paulo e Rio de Janeiro, da abertura de cinemas e teatros por 15 dias. Em momentos de emergência, em que a conjuntura muda completamente, a equipe econômica tem que mudar a abordagem, preservando o essencial da política econômica. Isso é que não se soube fazer na

crise de 2008. No primeiro momento, o Banco Central agiu com precisão cirúrgica, garantindo liquidez. O BNDES ajudou a financiar fusões de empresas que sozinhas não sobreviveriam. O erro veio depois, quando não se soube o momento de parar as desonerações setoriais, que acabaram virando moeda de troca na eleição de 2010. Em 2008, o país estava com superávit primário de 3,85% e dívida de 55% do PIB. Hoje o déficit é de 0,72% e a dívida, 76%. Os erros de depois da crise é que pioraram as contas públicas. Não há espaço fiscal, já que o país tem déficit, mas os avanços recentes com a reforma da Previdência e a queda dos juros reduziram a pressão de duas grandes despesas. Nesse caminho estreito o governo terá que encontrar respostas para evitar que a economia piore muito e ter recursos para proteger a vida dos brasileiros.

Não há espaço fiscal, mas o momento é de emergência e a equipe econômica terá que encontrar recursos para amenizar a crise

Veículo: O Globo	Online
Data: 16/03/2020	Coluna: Economia



# Guedes tem que achar recursos e atenuar crise

*Ministro avalia que é preciso dar resposta imediata, sem abrir mão de acelerar a tramitação da agenda de reformas*

O governo encerrou a pior semana Bolsa brasileira desde a crise de 2008 com a promessa de lançar um conjunto de 20 ações emergenciais para mitigar os efeitos do coronavírus na economia. Pela primeira vez desde que tomou posse, o ministro da Economia, Paulo Guedes, passou a sexta-feira em Brasília reunido com assessores. Após uma série de declarações ao longo do dia sobre as alternativas disponíveis, com expectativa de um anúncio do Banco Central (BC) e até a possibilidade de usar recursos do FGTS, nada foi apresentado oficialmente.

Na noite de quinta-feira, o governo apresentou suas primeiras iniciativas: cinco ações voltadas principalmente para idosos e para a área de saúde. Guedes chegou a informar, pela manhã, ontem, que o BC anunciaria ações “daqui a pouco” para garantir liquidez nos mercados, o que não ocorreu. — Soltamos ontem (quinta-feira) medidas, hoje (ontem) vamos soltar mais, segunda vamos soltar mais. A resposta à crise está vindo.

## BANCOS PÚBLICOS

O ministro não descartou ontem o uso de recursos do FGTS, dizendo que todas as alternativas estão na mesa. Na véspera, o secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues, chegou a afirmar em entrevista coletiva que poderia haver um novo saque imediato de recursos, tal qual o de R\$ 500 por conta anuncia dono ano passado. Pouco depois, o Ministério da Economia soltou nota desmentindo a hipótese. Guedes disse que serão mais de 20 ações emergenciais, a serem lançadas de acordo com demandas dos setores. A intenção do ministro é fazer análises sobre os principais setores da economia, e decidir como agir cada um deles. Entre as medidas já decididas, está a criação de uma linha especial de crédito para empresas aéreas, um dos segmentos mais afetados pela crise, em razão da queda nas viagens, de acordo com uma fonte. As companhias terão até três meses para rolar financiamentos junto a bancos públicos, como o Banco do Brasil.

O uso da linha de crédito seria uma substituição à demanda inicial do setor, de desoneração de tributos, justamente por falta de espaço para abrir mão da arrecadação. A redução de impostos é defendida pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

A ideia de Guedes é que as iniciativas respondam a demandas imediatas, mas insiste no esforço de acelerar a tramitação das reformas no Congresso. Assim, seria possível atacar a crise em duas frentes: emergencial, e outra com foco em medidas estruturantes. A avaliação é que, se o sinal for de que as reformas vão parar por causada crise, o país perde credibilidade junto ao investidor. — Agora, estamos fazendo o programa de combate ao coronavírus, os bancos públicos estão nisso, estamos lançando o monitoramento a cada 48 horas, vamos ter informação sobre todos os impactos na cadeia produtiva, estamos examinando a questão tributária. É uma série de medidas sérias, profundas, que estamos examinando — disse o ministro a jornalistas, pela manhã, após se reunir com os presidentes do Banco do Brasil, Rubem Novaes, da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

## META FISCAL EM DEBATE

Diante da crise fiscal, técnicos do Ministério da Economia buscam receitas para evitar um bloqueio no Orçamento na próxima semana a fim de destinar recursos a ações relacionadas ao Covid-19. Além disso, é importante manter investimentos públicos. As opções em estudo incluem o pagamento antecipado de R\$ 10 bilhões em dividendos do BNDES, além da perspectiva de contar com R\$ 21 bilhões em recursos não sacados do PIS e do Pasep. O dinheiro foi liberado no ano passado a todos os cotistas, mas a maioria não sacou. O recurso poderia entrar para o governo em parcelas, e não todo de uma só vez. Na entrevista, o ministro citou outros R\$ 30 bilhões que poderiam ser recolhidos de outros fundos, sem detalhar. Outra alternativa em análise é até mesmo aumentar o déficit das contas públicas este ano. A meta é um rombo de R\$ 124,1 bilhões. Para alterar o número, é preciso enviar projeto ao Congresso. O novo valor ainda é discutido no ministério. Guedes resiste a mexer na meta.

## “Precisamos que o presidente assuma a cadeira de piloto do avião”

Deputado diz que Câmara poderá mudar meta fiscal, mas teto de gastos será mantido

Por Marcelo Ribeiro e Fernando Exman — De Brasília

16/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Maia: “é difícil imaginar, em uma crise que pode ser parecida com a de 1929, um chefe de governo desrespeitar seu ministro — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados 19-12-2019

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), recebeu o **Valor** na residência oficial já alertando: “De longe”.

O avanço do coronavírus não impôs apenas uma nova dinâmica para a entrevista, mas também para a atividade parlamentar, num momento em que o Congresso terá que combater os efeitos dessa crise, e na relação entre os Poderes.

Maia se disse “perplexo” com a participação do presidente Jair Bolsonaro nas manifestações contra o Legislativo e o Judiciário. Fora da entrevista, na rede social Twitter, bateu sem piedade. Mirou na questão da saúde, e não nas críticas que os manifestantes fazem às instituições.

“O presidente da República ignora e desautoriza o seu ministro da Saúde e os técnicos do ministério, fazendo pouco caso da pandemia e encorajando as pessoas a sair às ruas. Isso é um atentado à saúde pública, que contraria as orientações do próprio governo”, escreveu.

Na entrevista, Maia cobrou que o presidente da República assuma a “cadeira de piloto” para a qual foi eleito, e demonstrou como a Câmara pode ajudar.

“A PEC do Teto de Gastos limita os gastos e é importante que a gente dê clareza aos investidores que ela não será cancelada”, destacou. “Mas ela tem uma previsão que em caso de catástrofe o governo pode editar projetos ou medidas de créditos extraordinários.”

Ele sinalizou, por outro lado, que uma alteração da meta fiscal que garanta recursos para o enfrentamento da crise não terá dificuldades no Congresso: “Este é um caso de catástrofe e precisa ficar claro. O orçamento do Ministério da Saúde não pode estar limitado por nada”.

Perguntado se o comportamento do presidente é incompatível com o cargo, o que em tese pode embasar um pedido de impeachment, o presidente da Câmara afirmou que o Congresso não agravará a crise. “Às vezes, me dá a impressão que o governo quer isso. Nós não seremos responsáveis por isso”, disse.

**Valor:** *Antes das manifestações, o senhor estava com um discurso pacificador. O que muda a partir do que ocorreu no domingo?*

**Rodrigo Maia:** Pacificador pelo tema [coronavírus], não pela relação com o governo. Eu sempre deixei claro que uma coisa são esses próximos três meses e outra coisa é depois dos três meses. Por mais que o que ocorreu hoje [domingo] seja gravíssimo, nós temos que ter paciência para dizer o seguinte: nós precisamos do piloto do avião no lugar correto. Nós não podemos repetir o filme “Apertem os cintos que o piloto sumiu”. Nós precisamos do presidente da República na cadeira de piloto. Essa é a cadeira para a qual ele foi eleito. Comandar o Brasil na crise, esse é o papel do presidente e só ele pode comandar o país nesta crise.

**Valor:** *Como o senhor avalia a reação do governo em relação à pandemia e aos impactos econômicos dela decorrentes? Como o Congresso deve interagir com essa agenda do poder Executivo?*

**Maia:** A agenda de hoje é muito diferente da de quatro ou cinco semanas atrás. Se a reação não for bem organizada pelo governo, nós teremos aumento do desemprego e da pobreza. Não podemos esquecer que o Brasil tem uma informalidade enorme. Muitos vão precisar entrar em quarentena, mas não têm outra renda. O que a gente espera é que o governo possa se organizar não apenas na saúde, mas tomar decisões para que o impacto em alguns setores seja minimizado. O que vai acontecer no setor de serviços, entretenimento? O setor de aviação, o de turismo? Alguns setores já estão dando férias coletivas ou demitindo.

**Valor:** *A participação do presidente na manifestação não prejudica essa reação contra a pandemia?*

**Maia:** Em um momento como este, cabe a todos os Poderes trabalhar em conjunto, unidos, para que os impactos desta crise sejam reduzidos. Infelizmente, não é o que a gente vem acompanhando nos últimos dias. Primeiro minimizou demais, depois chegou perto do coronavírus e no dia de domingo deu uma demonstração de total irresponsabilidade em relação a milhões de brasileiros. Mais do que isso: mandou um sinal desautorizando o seu próprio ministro da Saúde e sua equipe, quando recebeu uma orientação dela. Fez uma gravação junto com o ministro dizendo que não pode haver aglomerações e dois dias depois desautoriza a própria equipe da pasta.

**Valor:** *É possível trabalhar em harmonia, um mandamento constitucional, tendo um chefe do Poder Executivo atuando contra os outros Poderes?*

**Maia:** É difícil imaginar, em uma crise que pode ser até mais parecida com a depressão de 1929, um chefe do Poder Executivo desrespeitando seu próprio ministro da Saúde, sinalizando para a sociedade algo que é completamente equivocado em relação a tudo que todos os especialistas estão falando. Quando no início do crescimento mais forte dessa pandemia no Brasil a gente não vê o presidente comandando as ações e dando o exemplo, certamente é um momento de perplexidade para todos nós que queremos e vamos ajudar.

**Valor:** *Deve-se esperar alguma reação por parte do Congresso?*

**Maia:** Não vamos olhar para essas coisas, apesar de gravíssimas. Nós temos vidas em jogo e, neste momento, vamos cuidar dessas vidas. A pauta política, do debate, ficará para momento onde essa situação da pandemia esteja estabilizada, quando a gente tenha garantido a passagem por essa fase. Vamos tratar da política depois. Tenho certeza que o Senado e a Câmara dos Deputados não serão instrumento para nenhuma crise institucional, mas nós queremos e chegamos ao ponto de exigir que o governo comande o Brasil de forma definitiva e coordene os trabalhos em harmonia com os outros Poderes, para que todos nós possamos dar a nossa contribuição.

**Valor:** *O governo federal também deve enfrentar desafios para cumprir a meta fiscal. Com qual horizonte o senhor trabalha?*

**Maia:** O governo federal certamente vai ter queda da arrecadação. Certamente vai precisar mudar a meta para garantir o Orçamento funcionando até o final do ano. Vai precisar de recursos extras, acredito que para saúde. Temos que estar com o Orçamento aberto. A PEC do Teto de Gastos limita de forma correta os gastos, mas há nela uma previsão de crédito extraordinário, de gastos extras em caso de catástrofe. Este é um caso de catástrofe e precisa ficar claro. O orçamento da Saúde não pode estar limitado por nada.

**Valor:** *Do ponto de vista prático o governo está demorando o anúncio de mais medidas?*

**Maia:** Na área da saúde está caminhando. Na área econômica, é claro que os impactos acontecerão. Mas ninguém tem a projeção correta. A Nova Zelândia reduziu mais uma vez a taxa de juros [a entrevista foi dada antes da decisão do Fed]. Esse é o caminho? Quais outras decisões? Se a arrecadação cair, vai ter que mudar a meta. É esse o caminho? Numa hora como esta, não adianta trabalhar com as regras que nós estávamos trabalhando até o final do ano passado.

**Valor:** *Há uma pressão de alguns partidos para que se reveja o teto de gastos.*

**Maia:** A PEC do Teto de Gastos limita os gastos e é importante que a gente dê clareza aos investidores que ela não será cancelada. Não. Não vamos cancelar a PEC do Teto, mas ela tem uma previsão que em caso de catástrofe o governo pode editar projetos ou medidas de créditos extraordinários. Tenho certeza que nenhum brasileiro vai achar que o governo desorganizou a suas contas porque amanhã o ministro Mandetta pode precisar de mais R\$ 10 bilhões ou R\$ 15 bilhões. Não estou dizendo que precisará, mas esta hipótese tem que estar garantida.

**Valor:** *Podemos interpretar que a agenda pós-coronavírus vai impor dificuldades ao governo?*

**Maia:** A dificuldade do governo é que a sua agenda, do meu ponto de vista, muitas vezes não está conectada com os problemas da vida real dos brasileiros. O governo focou numa agenda correta, mas não é a única agenda.

**Valor:** *A decisão do presidente de ir às manifestações pode dificultar a aprovação de projetos que teriam consenso?*

**Maia:** Acho que não. Acho que essa semana tudo que for relacionado ao coronavírus será aprovado, porque tudo terá consenso. Parlamentares estarão prontos para votar e construir acordo sobre projetos que venham do governo para proteção da vida das pessoas e dos empregos. Com votação por acordo, a gente não precisa de aglomeração no plenário.

**Valor:** *Há um número crescente de pessoas dizendo que o comportamento pessoal do presidente da República está sendo incompatível com o cargo. Diante do fato de que o presidente da Câmara dos Deputados é o responsável pelo acolhimento ou não de pedidos de impeachment, qual é a opinião do senhor a respeito dessa visão?*

**Maia:** Por esse motivo minha resposta tem que ser cuidadosa. Nós já temos muitos problemas no Brasil para a Câmara ou o Senado serem responsáveis pelo aprofundamento da crise. Nós não seremos responsáveis por isso. Às vezes, me dá a impressão que o governo quer isso. Nós não seremos responsáveis por isso. Todos nós fomos eleitos. O presidente teve 57 milhões de votos, os deputados tiveram 100 milhões de votos. Todos nós fomos eleitos de forma legítima. A legitimidade de cada um precisa ser respeitada, como a legitimidade dos ministros do Supremo, dos governadores, dos prefeitos, dos deputados estaduais e vereadores. Todos precisam ser respeitados. Num momento de crise que a gente está vivendo, não será da Câmara que vai sair nenhum instrumento para ampliar ainda mais a crise. Nós precisamos que o presidente sente na cadeira de presidente da República. O piloto do avião precisa sentar na cadeira e assumir o controle. Não pode transferir isso para o ministro da Economia nem para o ministro da Saúde nem para o ministro da Infraestrutura. A responsabilidade é dele. Não há delegação de poder no sistema presidencialista. O poder é dele, ele precisa exercê-lo e é isso que nós estamos aguardando.



**Valor:** *Bolsonaro disse aos eleitores que aqueles que o colocaram na Presidência precisam ajudá-lo a permanecer. O senhor avalia que o recente comportamento de Bolsonaro representa um risco às instituições e à democracia?*

**Maia:** Eu não sei, porque não vejo ninguém trabalhando para tirá-lo da cadeira. O que nós queremos é que ele comande o Brasil. São coisas diferentes. Talvez ele faça uma distorção na relação política entre Parlamento, Supremo e Poder Executivo, mas o que nós queremos, ele pode ter certeza, é avançar com a agenda de superar a crise de saúde pública, social e econômica do coronavírus. Essa agenda de “me ajudem a ficar aqui” é uma agenda diversionista. Queremos que ele sente na cadeira do piloto e comande esse grande avião que é o nosso país, que tem problemas e precisa de um presidente que assuma suas responsabilidades em harmonia com os outros Poderes.

**Valor:** *Caso o Congresso ganhe novamente o protagonismo nesse processo, novamente setores irão dizer que está tentando se implementar, na prática, um parlamentarismo.*

**Maia:** Os apoiadores do presidente reclamam nas redes que o Parlamento quer assumir um parlamentarismo branco. O que a gente grita agora, em nome de todos os brasileiros, é que precisamos de uma Presidência atuando, comandando esse processo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Adidas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.  
LEVANTE IDEIAS

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!  
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

XP rebate questionamentos de investidor que apostou em baixa de suas ações

### VALOR INVESTE

Gestores de fundos multimercados e ações revisam carteiras

### VALOR INVESTE

Parte dos investidores da Mirae vende ações na baixa, mesmo com prejuízo

---

## Mais do Valor Econômico

### Ibovespa cai 12% e suspende novamente negócios

16/03/2020 10:30 — Em Finanças

### CVM adota home office para parte de servidores e suspende atendimento presencial

Medida pode ser estendida a todos a partir do dia 23 caso a situação da covid-19 justifique

16/03/2020 10:22 — Em Finanças

## Chegou a hora de uma resposta fiscal global à covid-19

Preocupar-se com as finanças públicas num momento desses é ao mesmo tempo perverso e contraproducente: gastar muito pouco é uma ameaça maior à prosperidade do que gastar muito

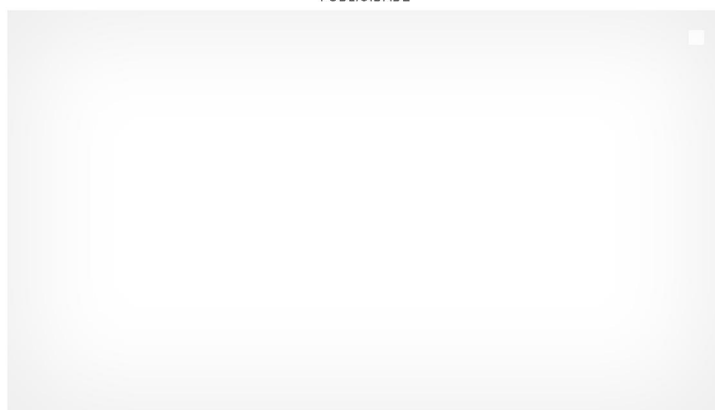
Por **Financial Times**

16/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A primeira obrigação dos governos é salvaguardar a sobrevivência e a segurança física de seus cidadãos. A segunda é proteger seu bem-estar. A epidemia do coronavírus ameaça as duas. Os governos têm sido lentos na resposta ao desafio.

Está claro agora que o vírus representa uma ameaça potencialmente catastrófica à saúde pública, que só poderá ser resolvida com medidas extraordinárias de distanciamento que inibirão grandes parcelas da atividade econômica. A tarefa é implementar essas medidas - a maioria dos governos ocidentais está, por vezes, atrasado em relação às iniciativas do setor privado - ao mesmo tempo em que se minimiza os danos econômicos.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O dinheiro não pode ser um obstáculo à capacidade dos serviços de saúde de fazer todo o possível para controlar a epidemia e cuidar dos doentes. Preocupar-se com as finanças públicas num momento desses é ao mesmo tempo perverso e contraproducente: gastar muito pouco é uma ameaça maior à prosperidade do que gastar muito.

Além disso, os danos econômicos são multiplicados pelas repercussões da ruptura inicial. Trabalhadores que perdem o emprego e empresas que ficam sem caixa reduzem suas aquisições, fazendo mais trabalhadores e empresas perderem seus meios de subsistência.

Os governos não deveriam medir esforços nem perder tempo para minimizar esses efeitos em cadeia causados por golpes temporários aos fluxos de caixa e às receitas. Empréstimos generosos, garantias e programas de apoio de renda deveriam ser implementados. Também é preciso elaborar medidas para setores em que o autoemprego, trabalhos temporários ou contratos por projetos são comuns, como na indústria criativa (moda, cinema e turismo).

Uma queda nas expectativas de inflação mostra que a contração na demanda é ainda mais drástica do que a interrupção na oferta. Estímulos macroeconômicos vigorosos são justificados. Os bancos centrais estão se mostrando à altura do desafio. O manual de resposta política do Banco da Inglaterra combina estímulos gerais, apoio direcionado à liquidez e um afrouxamento das exigências regulatórias.

O Federal Reserve (Fed) injetou centenas de bilhões de dólares num mercado estressado. [Ontem, numa ação extraordinária, o Fed cortou sua taxa de juros de referência para próximo de zero, numa ação coordenada com os bancos centrais do Japão, Reino Unido,

Canadá, zona do euro e Suíça.]

O Banco Central Europeu (BCE) não chegou a decidir por um corte nos juros, mas elaborou um pacote sólido de compras de bônus e incentivos para os bancos sustentarem seus empréstimos corporativos.

Mas o pacote foi bastante comprometido quando a presidente do BCE, Christine Lagarde, pareceu descartar a necessidade de conter a disparidade nos custos de financiamento dos governos, do tipo que quase derrubou o euro em 2011-12. Posteriormente, ela prestou esclarecimentos, mas o dano já estava feito: os rendimentos dos títulos italianos dispararam. O BCE precisa agora declarar que receberia bem um programa de resgate da zona do euro para a Itália com poucas contrapartidas, assim como ativar o programa emergencial de compra de bônus estabelecido na última crise - e se preparar para comprar bônus italianos unilateralmente se os mercados decidirem punir os gastos de Roma para conter o coronavírus.

Enquanto o BCE não mostrar que a Itália está de volta, esse papel recai sobre os parceiros da União Europeia. Os sinais são positivos. Ursula von der Leyen, a presidente da Comissão Europeia, colocou dinheiro do orçamento da UE na mesa e manifestou em alto e bom som que a Itália e outros países devem gastar o quanto for necessário com a crise de saúde. Até mesmo Berlim demonstrou pontos de vista parecidos. A comissão prometeu não deixar que as regras fiscais e de concorrência sejam um obstáculo, e agora deve pedir aos Estados-membros que ativem uma cláusula de geral de escape.

Mas nem todos os governos têm demonstrado a determinação exigida. Os Estados Unidos ainda não implementaram uma resposta adequada de saúde pública, quanto menos um programa fiscal suficiente. Não há nada parecido com a coordenação econômica mundial conseguida em 2008-09, embora a necessidade de um estímulo coordenado seja tão grande hoje quanto foi na época. Quando os ministros das finanças da UE se reunirem nesta semana, eles não deverão perder sua chance de oferecer isso.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Adidas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet  
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!  
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

XP rebate questionamentos de investidor que apostou em baixa de suas ações

### VALOR INVESTE

Fox News sustenta que Eduardo Bolsonaro mudou versão sobre teste de coronavírus do pai

### VALOR INVESTE

Coronavírus: Mandetta diz que governo analisa antecipar férias escolares

---

## Mais do Valor Econômico

### Ibovespa cai 12% e suspende novamente negócios

16/03/2020 10:30 — Em Finanças

## Em busca do sistema tributário ideal

A proposta do IVA-IBS com um processo de convergência longo equivale fazer remendo novo em tecido velho. Ambos romperão

Por Ernesto Lozardo e Melina Lukic

16/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Existem atualmente duas linhas de propostas de reforma tributária envolvendo a criação de um imposto sobre o valor agregado (IVA) sobre o consumo de bens e serviços: uma linha tramita no Congresso baseada em um IVA-IBS único (PEC 45-19 e PEC 110-19). A PEC 45-19 unifica cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS), sendo que a PEC 110-19 centraliza nove tributos: os cinco mencionados mais Pisep, Cide, IOF e Salário Educação. Os períodos de teste, implementação e a transição da cobrança da origem para destino variam. Na PEC 45-19 o período de implementação é de 10 anos e o da transição para o destino de 50 anos. Na PEC 110-19 os períodos são de 6 e 15 anos, respectivamente.

Há também a conhecida proposta do IVA Dual elaborada pelo IPEA (2018). Esta continua circulando sem o devido destaque no parlamento, apesar do ministro da Economia já ter se pronunciado favoravelmente a esta proposta.

## **A proposta do IVA-IBS com um processo de convergência longo equivale fazer remendo novo em tecido velho**

As propostas que circulam no Congresso são conceitualmente parecidas com a do IPEA, no entanto, a diferenciação diz respeito a sua efetividade, rapidez e praticidade. O IVA Dual-IPEA propõe que a competência do novo imposto seja repartida entre a esfera federal, unificando o PIS, Cofins e IPI e, na esfera estadual e municipal, o IVA unificaria o ICMS e o ISS. Daí a denominação de dual (IVA-União; IVA-Estados e municípios).

Os dois modelos convergem no sentido de propor um modelo de IVA tal como aplicado em mais de 170 países. A cobrança dos impostos será feita no destino do consumo e não mais no local da produção, o que acaba com a guerra fiscal. Além disso, quer seja no sistema de IVA-IBS único ou no IVA Dual-IPEA, as principais distorções tributárias (tributação em cascata, restrição no crédito, incontáveis benefícios fiscais e alíquotas variadas) serão eliminadas. Ambos os modelos (PEC-45 e IPEA) também propõem uma alíquota única aplicada a todos os bens e serviços.

O IVA possibilitará a uniformização da carga tributária entre os setores e uma maior eficiência na arrecadação e produtiva. Permitirá a redução do preço final para o consumidor e promoverá a inclusão tributária de todas as empresas e dos prestadores de serviços. Nesse sentido, com a eficiência do modelo, o IPEA estimou uma carga tributária menor sem afetar o equilíbrio fiscal dos governos.

No entanto, as propostas de IVA-IBS único trazem novas e não desprezíveis incertezas quanto à eficácia operacional e a viabilidade de sua implementação. Primeiro, não está claro nem definido como ocorrerá na prática a competência partilhada entre os entes e a operacionalização da arrecadação através de um comitê gestor nacional.

Tendo em vista que os entes federados estão longe de desfrutarem de igualdade de poder político e econômico, os riscos são de duas ordens: uma centralização do poder de implementar, modificar e arrecadar o novo tributo nas mãos da União; ou, o que é pior, uma captura das decisões pelos Estados, principalmente os mais ricos. Em ambos os cenários, as consequências serão de paralisia decisória, insegurança jurídica e possibilidade de distorção do sistema em favor do interesse de certos entes. Na esfera tributária, o país tem um histórico de um federalismo competitivo e, mesmo diante da urgência da reforma tributária, esta característica não desaparecerá. A reforma tributária deveria, portanto, evitar e não incentivar o compartilhamento de competência e gestão do tributo entre os entes.

O período de transição origem/destino na PEC 45-19 será de 50 anos, e na PEC 110-19 será de 15 anos. A diferença de tempo de implementação, 35 anos, demonstra a dimensão da incerteza entre elas. Na PEC 45-19, a sistemática ocorrerá em um processo gradual de aumento da alíquota do novo sistema IBS e uma redução equivalente da alíquota dos tributos atuais, de sorte que, em 10 anos o atual sistema desaparecerá e o novo estará funcionando integralmente. Essas proposições desconsideram o histórico de inúmeras “transições” inacabadas na legislação brasileira (tal como a possibilidade de creditamento pleno dos créditos sobre bens de uso e consumo que foi prorrogada para 2033).

O modelo tem como premissa que em meio século o cenário econômico permanecerá estável tanto no tocante à arrecadação como nos gastos públicos federais e que as reformas estruturais críticas (patrimonial, administrativas, pacto federativo, abertura econômica) terão sido aprovadas pelo Congresso Nacional antes de o novo modelo tributário entrar em vigor. E nenhuma crise internacional ocorrerá. Em resumo, o IVA-IBS único trará poucos avanços imediatos para inserir a economia brasileira nas oportunidades competitivas globais, e mais, criando incertezas jurídicas no processo de unificação dos tributos.

O IVA Dual-IPEA, por outro lado, tem o mérito da simplicidade, operacionalidade e maior facilidade para aprovação e implementação. A primeira vantagem refere-se à implementação imediata e sem necessidade de Emenda Constitucional, da unificação dos impostos federais - PIS, Cofins e IPI, sem qualquer período de transição origem-destino. A implementação do IVA nos Estados e municípios, que requer Emenda Constitucional, poderá ser concomitante e também imediata, sem período de transição.

O modelo não depende de acordos entre União e Estados para aprovação. Não haverá competência ou administração compartilhada, cada ente terá o poder tributário com relação ao seu próprio tributos. Caso o IVA-Federal seja implementado primeiro, o aprendizado com a União será útil na reforma tributária nos demais entes federados. A aprovação das reformas estruturais será importante para dar mais segurança institucional à reforma tributária. Uma vez alcançadas estas reformas, a efetivação do IVA Dual nos Estados e municípios será exitosa e feita de uma só vez, sem prazo de transição.

A proposta do IVA-IBS com um processo de convergência longo (de 15 ou 50 anos) do atual para o novo sistema tributário equivale fazer um remendo novo em um tecido velho. Ambos romperão.

**Ernesto Lozardo é professor de economia na EAESP-FGV**

**Melina Rocha Lukic é advogada e professora universitária, doutora pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3.**

## Empresas francesas monitoram crise e veem próximos dias como decisivos

Novo presidente da Câmara de Comércio França-Brasil diz que companhias francesas estão com células de crise ativadas, boa parte monitorando com grupos intensos que olham só para isso

Por Anaïs Fernandes — De São Paulo

16/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Engelhard: expectativa com novo governo foi grande, mas relação com Congresso levanta dúvidas sobre reformas — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

As empresas francesas no Brasil estão com o “modo crise” acionado, acompanhando de perto os desdobramentos do coronavírus no país, de acordo com Stephane Engelhard, vice-presidente do Carrefour e novo presidente da Câmara de Comércio França-Brasil (CCIFB-SP).

Além do cancelamento de eventos, a tendência é mais companhias recomendarem home office aos funcionários - o que pode funcionar, “mas é uma logística muito mais complexa”, afirma Engelhard, que assume a presidência da CCIFB amanhã. “Pode ser até que tenha algumas companhias fechando temporariamente. Nossas empresas estão com células de crise ativadas, boa parte monitorando com grupos intensos que olham só para isso.”

Para grandes varejistas, por exemplo, existe o risco de queda no consumo, caso pessoas optem pelo autoisolamento. Engelhard diz que os reflexos ainda não chegaram de forma expressiva aos consumidores, mas os próximos dias serão “muito importantes para entender o que vai acontecer”. Por ora, as empresas associadas à CCIFB mais afetadas são aquelas ligadas a setores de viagem e eventos, que, nas palavras do executivo, estão “sinistradas”.

Questionado se companhias francesas estão preparadas para lidar com choques ou se precisarão de ajuda do governo brasileiro, Engelhard disse que ainda é “muito cedo para dizer” e que dependerá do cenário. Ele lembra que o ciclo do coronavírus no Brasil está “defasado” em relação a outros países. “Está chegando aqui, com certeza vai crescer esse número de portadores, mas é muito difícil dizer o que vai acontecer. O Brasil está na fase um. Se passar para a três, aí estará no modelo italiano, de fechar o país. Não é o momento, mas é possível que chegue. Se subir nas fases, o governo pode pedir, como na Europa, para fechar comércio.”

A crise pode ter o efeito colateral de acelerar a aprovação de reformas importantes, avalia Engelhard. “Daqui a pouco não tem mais importações da China, nossa fábrica mundial. Vamos ter, provavelmente, queda de PIB [Produto Interno Bruto] no Brasil”, diz. “Essa situação favorece melhor comunicação entre o governo e o Congresso.”

A demora no andamento das reformas já afetava a confiança dos empresários franceses antes da pandemia. A pesquisa “Barômetro CCIFB - IPSOS”, realizada com executivos das associadas no segundo semestre de 2019, mostra que 73% achavam que este ano seria melhor ou muito melhor do que 2019, ante 81% na pesquisa feita em 2018, a respeito do ano seguinte. A participação de quem acha que será igual subiu de 15% para 21%, enquanto os entrevistados que citaram piora de cenário passaram de 4% para 6%.

“O ano foi de chegada de um novo governo, havia expectativas grandes. Ao longo de 2019, vê-se que começou a existir certa dúvida de algumas empresas sobre o governo e como ele pode fazer votar reformas, a coisa engrenar”, afirma Engelhard. O movimento, ele diz, é compreensível. “Quando a gente olha o filme de 2019, tivemos a [reforma da] Previdência, que foi aprovada, mas muito mais tarde do que se imaginava. E a gente vê a dificuldade de relação do governo com o Congresso, isso cria certa incerteza.”

Entre os riscos apontados para os próximos meses pelos empresários, estão a não aprovação das reformas (42%) e o aumento de tensões políticas (41%). Dos entrevistados, 89% mencionaram a reforma tributária como um dos três projetos mais importantes para seus negócios. “Só a simplificação já ajudaria muito. A empresa no Brasil tem departamento de tributos com 200 pessoas, na França faz o trabalho com dez. A multiplicidade de impostos que tem não dá”, afirma Engelhard.

Apesar disso, ele diz que o potencial do mercado no Brasil atrai o empresário francês e as relações entre os países são sólidas - a CCIFB-SP completa 120 anos no Brasil. “Independentemente de governo A, B ou C, empresas francesas não deixaram de investir no país. Pode ser que os investimentos se estabilizem em relação a 2019, que foi recorde, mas ainda seria volume relevante.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Esta pequena casa tem apenas 30 m2, mas você vai se surpreender quando você ver o interior  
CONSELHOS E TRUQUES

### LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!  
DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Sua casa com um cheiro incrível - é assim que se faz!  
HAPPY-TRICKS.COM

### LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

## Estados apostam em agências locais para estimular economia

Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais são algumas das unidades da federação que têm apostado no modelo

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

16/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Rodrigues: com rating baixo do Rio, agência busca apoio de fundos internacionais — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Na contramão do enxugamento dos investimentos federais, governos estaduais reforçam a atuação de suas agências de fomento. Mesmo o governo do Rio de Janeiro, sujeito às restrições do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), defende uma estratégia de desenvolvimento regional que passa pelo financiamento de micro, pequenas e médias empresas. A carteira ativa da fluminense AgeRio cresceu 46% desde o início de 2019, totalizando R\$ 247,6 milhões ao fim do mês passado.

“Houve uma mudança com a entrada da nova safra de governadores [em 2019]”, diz Perpétuo Socorro Cajazeiras, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). A entidade reúne bancos públicos federais e estaduais, além de agências de fomento. “Temos o fenômeno dos consórcios de governadores no Sudeste e no Nordeste”, destaca Cajazeiras. Em fevereiro, os governos do Espírito Santo e de Minas Gerais lançaram um plano conjunto voltado para o segmento logístico.

Presente no discurso do governador capixaba, Renato Casagrande (PSB), a ênfase no financiamento público do desenvolvimento regional se traduziu numa mudança no foco de atuação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).



Diretor-presidente da instituição de fomento, Maurício César Duque explica que até meados do ano passado a carteira do Bandes estava concentrada no financiamento de produtores rurais. À época, cerca de 90% das operações do banco estavam centradas em pessoas físicas. Hoje, esse percentual está próximo de zero para novas operações. “O banco voltou a ter um perfil voltado para as pequenas e médias empresas”, conta.

O Bandes projeta para o primeiro trimestre deste ano um total de R\$ 60 milhões em recursos liberados - mais que o dobro do registrado no mesmo período do ano passado. Em junho de 2019, a carteira de crédito do banco somava R\$ 942 milhões.

Além de privilegiar empreendimentos industriais, o banco de fomento capixaba voltou a atuar no financiamento de municípios. A vertente de apoio a projetos das prefeituras estava paralisada desde 2014, de acordo com Duque. “Temos agora mais foco no desenvolvimento regional.”

A AgeRio, agência de fomento do governo fluminense, perdeu algumas de suas linhas de financiamento em razão do Regime de Recuperação Fiscal. Ainda assim, a AgeRio terminou o ano passado com R\$ 110,8 milhões em novas liberações. O montante é uma vez e meia superior àquele liberado no ano anterior (R\$ 43,2 milhões).

A maior parte dos recursos da agência é de fonte própria (74,54%). Outros 19,77% vêm da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e 5,28%, do BNDES. A estimativa interna é de que a carteira de crédito alcance R\$ 350 milhões ainda neste ano. “Ainda sofremos muito com o rating [nota de crédito] do Estado do Rio”, afirma Alexandre Rodrigues, presidente da AgeRio. O Rio tem classificação D na escala de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que vai de A (melhor) a D (pior). “Estamos buscando o apoio de fundos internacionais”, diz o executivo.

Em São Paulo, a agência estadual Desenvolve SP tem como meta ampliar a carteira de crédito do patamar de R\$ 1,26 bilhão atingido no fim do ano passado para R\$ 2 bilhões em 2020. “O governador [João Doria] me pediu que transformasse a Desenvolve SP no BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] de São Paulo”, conta diretor-presidente da agência paulista, Nelson Antônio de Souza, que comandou a Caixa Econômica Federal até o início de 2019.

A agência de desenvolvimento paulista Desenvolve SP tem R\$ 650 milhões disponíveis em recursos para financiamento e tenta captar outros R\$ 2,7 bilhões junto a organismos internacionais como o Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

No fim do ano passado, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofifex) do Ministério da Economia autorizou operação de crédito da Desenvolve SP no valor de US\$ 200 milhões junto ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco do Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). “Só com as fontes de financiamento nacionais não temos como chegar onde queremos”, justifica Souza.

A agência paulista de desenvolvimento fechou 2019 com lucro líquido de R\$ 47,6 milhões, mais de três vezes o resultado obtido no ano anterior (R\$ 14,4 milhões). Os desembolsos, porém, caíram na comparação anual. Somaram R\$ 416,4 milhões no ano passado, o que representa quase 9% de retração em relação a 2018.

A diminuição nos desembolsos é atribuída por Souza a um reposicionamento da Desenvolve SP. O alvo preferencial da agência de desenvolvimento mudou das pequenas e médias empresas para as micro e pequenas. Com isso, o número de operações cresceu de 798 para 942 na comparação anual mas o valor médio de cada uma delas encolheu.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Adidas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!  
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

### LINK PATROCINADO

## Justiça retira ICMS do PIS e Cofins da conta de luz

Decisão beneficia a Ceasa Campinas, que também terá direito de recuperar o que foi pago nos últimos cinco anos

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

16/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Leonel Pittzer: juíza ponderou que a concessionária não pediria a exclusão — Foto: Luciana Whitaker/Valor

A Justiça Federal autorizou a retirada do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins incluídos na conta de energia elétrica. A sentença beneficia a Centrais de Abastecimento (Ceasa) de Campinas (SP), que também terá direito de recuperar o que foi pago nos últimos cinco anos - aproximadamente R\$ 300 mil. Mensalmente, a economia será de R\$ 4 mil.

A decisão, da juíza federal substituta Jamille Morais Silva Ferraretto, da 8ª Vara Federal de Campinas (SP), teve como base o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Antes, porém, ela teve que analisar de quem é o direito: do consumidor (contribuinte de fato) ou da concessionária de serviço público (contribuinte de direito), que recolhe o ICMS.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) alega na ação que o recurso no STF não transitou em julgado e que o consumidor final não é parte legítima. Segundo o órgão, o ônus pelo recolhimento do tributo é da concessionária de serviço público, no caso, a CPFL. O repasse do custo ao cliente, acrescenta, não configura relação jurídica tributária (processo nº 501305 9-02.2019.4.03. 6105).

Na sentença, a juíza afirma que normalmente a legitimidade é do responsável pelo pagamento. Porém, acrescenta, a situação é diferente nos casos envolvendo tributos indiretos, como o ICMS, que é recolhido pelo contribuinte de direito, que, por sua vez, transfere a carga tributária para o contribuinte de fato.

A magistrada cita na decisão jurisprudência contrária sobre IPI do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - um recurso repetitivo envolvendo uma fabricante de bebidas (REsp 903394) - e considera que a situação é diferente por envolver a União, uma concessionária de serviço público e o consumidor final. Aborda também decisão da 1ª Seção do STJ que autoriza o consumidor a propor ação sobre ICMS contratado e não utilizado.

Segundo a juíza, apesar de a concessionária ser a contribuinte de direito por determinação legal, por causa das condições e características específicas de sua posição contratual, seu interesse em questionar a política tributária é reduzido. "Pouco ou nenhum interesse terá em corrigir injustiças do Fisco, pois como já dito repassam os encargos tributários à tarifa cobrada do consumidor final", afirma na sentença.

O advogado da Ceasa, Daniel Freire Santini, sócio do escritório Santini e Advogados Associados, diz que o consumidor é parte legítima e que a inclusão do ICMS faz grande diferença nos valores mensais das contas. "Se não pagar a conta [o cliente], o fornecimento é cortado. Apesar de a concessionária não ter status de poder público, ela está mais próxima", afirma.

Em nota, a PGFN diz que o consumidor final não tem legitimidade para fazer o pedido. "O repasse do valor pago a título de tributo da concessionária ao consumidor final se trata de mera relação de consumo", afirma o órgão, que pretende recorrer da decisão à segunda instância.

O advogado Leonel Pittzer, sócio do escritório Fux Advogados, considera o pedido possível. Porém, entende que a decisão confunde tributos diretos com indiretos - divisão que nem se aplicaria a contribuições como o PIS e a Cofins. Ele destaca que a juíza considerou a relação entre consumidor, União e a concessionária, ponderando que ela não vai pedir o ressarcimento dos valores pagos a mais. "A União revisaria o contrato de concessão para manter a mesma base econômica."

Gustavo Brigagão, sócio do escritório Brigagão, Duque Estrada Advogados, afirma que existem pedidos de devolução de ICMS envolvendo distribuidoras de energia, que são diferentes do PIS e Cofins. Para ele, não é de se esperar que distribuidores briguem com o poder público. "Essa discussão sobre quem tem direito não está sendo discutida pelo Supremo", diz.

Para o advogado Fabio Calcini, do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia, a empresa não tem legitimidade para pedir o ICMS. A CPFL, acrescenta, poderia entrar com ação, ganhar e alterar o preço do serviço. "Os contratos de concessão vão fazer isso repercutir para o usuário. Mas não é viável ele entrar com o pedido direto."

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Adidas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet  
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

### LINK PATROCINADO

## Pandemia e queda de petróleo vão reduzir exportações

Combinação deve acelerar redução de superávit comercial já esperada para este ano

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

16/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Castro, da AEB, não descarta possibilidade de déficit comercial caso a crise se estenda além do primeiro semestre — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O impacto negativo resultante do avanço do coronavírus e da queda de preços do petróleo deve reduzir as exportações brasileiras em 2020, encolhendo também o superávit comercial projetado inicialmente para este ano.

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior, lembra que já se esperava para 2020 uma queda de superávit em relação ao saldo positivo de US\$ 48 bilhões do ano passado. Com o agravamento do cenário internacional, a queda deve ser ainda maior que a projetada no início do ano.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que não descarta a possibilidade de déficit comercial em 2020 caso a crise se estenda além do primeiro semestre. A AEB já projetava superávit considerado conservador para este ano, de US\$ 26 bilhões. As estimativas ainda não foram revisadas porque a duração da crise e magnitude de seus efeitos sobre preços e volumes de exportação são consideradas ainda incertas. A mais recente edição do Focus, boletim divulgado pelo Banco Central com as expectativas de mercado, indica projeção de US\$ 36,4 bilhões de superávit comercial para 2020, na mediana.

A exportação de commodities, diz Barral, deve sofrer forte impacto neste ano, em razão de queda tanto de preços quanto de volume. “A quebra do acordo entre Rússia e Arábia Saudita traz um risco adicional ao quadro, dada a participação cada vez maior do petróleo na pauta de exportação brasileira.”

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), de 2009 para o ano passado, a participação de soja, petróleo e minério de ferro - as três principais commodities exportadas pelo Brasil - subiu, no conjunto, de 22,12% para 32,37% do valor total embarcado. A fatia do petróleo avançou em velocidade maior que os outros dois produtos, de 5,99% para 10,74% do embarque total em igual período. O dado, diz Barral, representa importante diferença entre os possíveis efeitos da desvalorização cambial na década de 80 e os de hoje. Naquele período, a desvalorização alavancou as vendas externas, segundo ele, mas a representatividade das commodities na exportação era muito menor.

Castro tem opinião semelhante. Ele destaca que os dados da balança da primeira semana de março já mostram queda de preços de exportação de petróleo e soja, e tudo indica que isso vai se intensificar. O minério de ferro ainda apresenta aumento de preços, mas as quantidades deverão ser afetadas, observa Castro.

Mesmo em relação aos manufaturados, o câmbio não deve contribuir tão positivamente, diz Barral. Num ambiente de grande oscilação, é muito difícil ao exportador estabelecer os preços porque não se sabe até quando o nível do dólar se sustentará, segundo ele. Barral lembra que em produtos com ciclos de produção mais longos esse problema se acentua. “O exportador vai estabelecer o preço dele para daqui a um ano com dólar a R\$ 4,40 ou R\$ 4,50 e não R\$ 4,80 ou mais, porque o risco é muito grande.”

Com a queda de demanda esperada, diz Castro, haverá também aumento de concorrência no fornecimento de produtos industrializados, com natural redução de preços. Além disso, ressalta ele, os mercados tradicionais do Brasil para produtos manufaturados, os países da América Latina, também são exportadores de commodities. Ou seja, serão da mesma forma afetados pelo cenário global de queda de preços e volumes e terão menor capacidade para absorver importações. E para a Argentina, mais especificamente, não há perspectiva de recuperação econômica a curto prazo, algo que fica mais dificultado ainda com o atual agravamento do cenário internacional.

A queda nas importações, porém, dependendo da magnitude, poderão neutralizar o efeito de redução das exportações no saldo comercial do ano. O economista Silvio Campos Neto, da Tendências, diz que a consultoria revisou os dados de balança na semana passada. As exportações foram revisadas em razão do coronavírus, mas ainda não está contemplada a queda de preços de petróleo desta semana. Segundo Campos Neto, o choque de demanda em razão do coronavírus deve afetar volumes embarcados e principalmente reduzir preços de exportação. Com isso, a projeção de exportação da consultoria para 2020 caiu de US\$ 222,8 bilhões para US\$ 218,8 bilhões.

As importações, explica o economista, foram revisadas também, principalmente porque indicadores têm revelado recuperação econômica mais lenta este ano do que inicialmente se esperava. A projeção da Tendências de elevação de PIB para o ano foi reduzida de 2,1% para 1,6%. A demanda doméstica por compras externas pode sofrer impacto adicional em razão da desvalorização cambial, diz Campos Neto. A estimativa das importações brasileiras para o ano foram reduzidas de US\$ 185,4 bilhões para US\$ 180,7 bilhões. Como houve redução nas duas pontas e um pouco maior nas importações, diz Campos Neto, houve aumento na projeção de superávit comercial para este ano, de US\$ 37,4 bilhões para US\$ 38,1 bilhões.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Esta pequena casa tem apenas 30 m2, mas você vai se surpreender quando você ver o interior  
CONSELHOS E TRUQUES

### LINK PATROCINADO

## Temor é que novo limite para o BPC desestimule contribuição previdenciária

Para a área econômica, a medida foi um erro tanto do ponto de vista fiscal como social

Por **Fabio Graner** — De Brasília

16/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Além do impacto anual da ordem de R\$ 20 bilhões, a equipe econômica teme que a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro à medida que ampliava o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) desestimule a contribuição previdenciária.

Na quarta-feira da semana passada, decisão do Congresso definiu que a renda máxima por pessoa para que a família tenha direito ao benefício subiu de um quarto do salário mínimo vigente para metade do piso salarial. Para a área econômica, a medida foi um erro tanto do ponto de vista fiscal como social, já que, para o time do ministro Paulo Guedes, a política assistencial deve ser criteriosa para não concorrer com a política previdenciária, de natureza contributiva.

“A boa política social deve ser analisada com relação ao número de pessoas que conseguem sair dela e acessar as demais políticas, neste caso, a previdenciária”, explica uma fonte. “Quem não contribuir para a Previdência e se enquadrar no novo critério do BPC receberá exatamente a mesma coisa do que quem contribuiu pelo mínimo. Com a ampliação do critério de acesso, há um maior desincentivo para o ingresso na política previdenciária. Há em vista a certeza de um benefício que independe de contribuição”, completa, destacando que mais importante seria aprimorar as maneiras de comprovar a vulnerabilidade das pessoas que precisam do benefício.

Contrariado com a decisão do Parlamento, Guedes anunciou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal e também ingressaria com questionamento no Tribunal de Contas da União (TCU), órgão de controle das contas ligado ao Parlamento. O BPC é o benefício para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência.

Na sexta-feira, o ministro do TCU Bruno Dantas aceitou a representação do ministério e disse, em decisão cautelar, que a ampliação do BPC só poderá ser executada se o congresso Nacional indicar corte permanente em outras despesas ou se houver aumento de receita.

A decisão, que não impugna a lei, orienta que Executivo deve buscar os meios para assegurar a efetividade de toda a legislação, de forma sistêmica. Dessa forma, precisa não só fazer estimativa de impacto, buscar fonte de recursos e propor ao Congresso a abertura de crédito suplementar, para que possa executar a despesa dentro das regras.

Dessa forma, a decisão do Congresso por enquanto não será executada. Na quarta-feira, o **Valor PRO** mostrou que o governo pretendia se valer desse mecanismo, já definido em acórdão do ano passado, para postergar os efeitos do veto derrubado. Mas para o ano que vem o quadro é mais complicado, pois o governo terá que incluir as novas regras no Orçamento de 2021, caso nova lei não seja aprovada.

A área econômica do governo estima que, com a mudança aprovada pelo Congresso, o número de beneficiários deve dobrar. O impacto nos primeiros 12 meses é estimado em R\$ 20 bilhões. Em uma década, a mudança deve custar R\$ 217 bilhões aos cofres públicos.

Se a regra fosse aplicada de imediato, a projeção do Ministério da Economia é de um custo adicional de R\$ 16 bilhões até dezembro deste ano.